



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

WINNIE REBEKA SANTOS DE OLIVEIRA

**MODELO COOPERATIVISTA DE PRODUÇÃO DA
MANDIOCULTURA NO ASSENTAMENTO CIPÓ EM VITÓRIA
DA CONQUISTA – BA: Um estudo de caso das famílias conquistenses
associadas à COOPASUB**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

WINNIE REBEKA SANTOS DE OLIVEIRA

**MODELO COOPERATIVISTA DE PRODUÇÃO DA
MANDIOCULTURA NO ASSENTAMENTO CIPÓ EM VITÓRIA DA
CONQUISTA – BA: Um estudo de caso das famílias conquistenses
associadas à COOPASUB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
para aprovação na disciplina Monografia II,
do Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia.

ORIENTADOR: PROFº ERIC GUMES LOPO.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

O52m

Oliveira, Winnie Rebeka Santos de.

Modelo cooperativista de produção da mandiocultura no Assentamento Cipó em Vitória da Conquista – BA: um estudo de casos das famílias conquistenses associadas à COOPASUB / Winnie Rebeka Santos de Oliveira, 2013.

74f.: il.: Color.

Orientador (a): Eric Gumes Lopo.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

Referências: f.69-70.

1. Cooperativismo. 2. Agricultura familiar. I. Lopo, Eric Gumes. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III.T.

CDD: 334

WINNIE REBEKA SANTOS DE OLIVEIRA

**MODELO COOPERATIVISTA DE PRODUÇÃO DA
MANDIOCULTURA NO ASSENTAMENTO CIPÓ EM VITÓRIA DA
CONQUISTA - BA.**

Um estudo de caso das famílias conquistenses associadas a COOPASUB

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Economia da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia, como
requisito para aprovação na disciplina
Monografia II e obtenção do grau de
Bacharel em Economia.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Orientador Eric Gumes Lopo

Prof. A

Prof. B

Aos amigos que fiz no Assentamento
Cipó dedico este trabalho. Com a esperança
de que a cooperação entre vocês se fortaleça
independente das externalidades!

AGRADECIMENTO

À Deus o meu mais sincero muito obrigada! Pelo amor incondicional e pelas misericórdias que se renovaram a cada manhã, por todas as bênçãos que foram a mim concedidas sem que eu merecesse. Obrigada, Senhor Jesus!

Minha mãe sempre cuidadosa, sou eternamente grata por todo o seu apoio, paciência, confiança em mim depositada e acima de tudo pelo seu amor provado em nosso dia-a-dia. Amo-te por toda minha vida!

Meu pai, como não citá-lo. Muito obrigada por tudo! Sem você meu curso não teria sentido, afinal quem mais desejou Economia junto comigo foi o senhor. Por sua causa hoje eu sou Bacharel em Economia!

Momô e Lily vocês são as preciosidades de minha vida. Estivemos por algum tempo separadas, nossos cursos foram promovedores de desencontros, mas vocês estiveram sempre presentes apesar das distâncias!

Não posso deixar de agradecê-lo, Glauber Ferraz, você foi uma peça fundamental para essa minha conquista. Obrigada por ter me acompanhado com tanta dedicação e amor durante esse período!

Minha Turma Ímpar, à vocês o agradecimento é pelos cinco anos juntos, pelas amizades conquistadas, pelo companheirismo e união que só nós sabemos como é. Os amigos que fiz, levarei por toda a vida!

Para finalizar, obrigada professor Eric Lopo por toda a ajuda nesta etapa final, este trabalho não seria o mesmo sem você! E à todos os professores do curso de Economia da UESB que de alguma forma contribuíram para minha formação.

Sou hoje, com certeza, o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.

Obrigada!

“Os lugares-comuns, as frases feitas, os bordões, os narizes-de-cera, as sentenças de almanaque, os rifões e provérbios, tudo pode aparecer como novidade, a questão está só em saber manejar adequadamente as palavras que estejam antes e depois.”

(José Saramago)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a origem e contexto atual do cooperativismo sob o ponto de vista teórico, entrelaçando sua atuação com a nova configuração da agricultura familiar, sobretudo a baiana produtora de mandioca. Para tanto, realiza-se uma investigação mais aprofundada da realidade das famílias “mandioqueiras” conquistenses a partir do contexto do novo rural brasileiro, a fim de apresentar as vantagens da mandiocultura cooperativa de Vitória da Conquista – Ba. Deste modo apresenta-se o cooperativismo como a ação conjunta de pessoas em prol do mesmo objetivo; a agricultura familiar como a gestão e produção em família de atividades agrícolas; e o novo rural como as novas atividades não necessariamente agrícolas incorporadas pelas famílias que vivem em um espaço rural que é uma continuação do urbano. Caracteriza-se também o perfil das famílias conquistenses que moram no Assentamento Cipó produtoras de mandioca a partir de questionário aplicado, onde se apresenta os resultados financeiros advindos da mandiocultura e de atividades não tipicamente agrícolas.

Palavras-chave: Cooperativismo, agricultura familiar, mandiocultura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Área (ha) dos produtos selecionados	44
Gráfico 2 - Quantidade colhida (t) dos produtos selecionados	45
Fotografia 1 – Entrada do Assentamento Cipó	51
Fotografia 2 – Área externa da casa	52
Fotografia 3 – Casa de Farinha	53
Gráfico 3 - % das famílias associadas a COOPASUB	54
Gráfico 4 – Sexo dos cooperados (%)	54
Gráfico 5 - Idade dos cooperados (anos)	55
Gráfico 6 - Percentual da produção anual de mandioca dos cooperados antes da filiação a COOPASUB (sacas de 50kg).....	56
Gráfico 7 - Percentual da produção anual de mandioca dos cooperados depois da filiação a COOPASUB (sacas de 50kg).....	57
Gráfico 8 - Renda não agrícola	62
Gráfico 9- Nível de satisfação dos cooperados com a COOPASUB	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nº de estabelecimentos familiares, áreas e participação sobre o total por região.....	34
Tabela 2 - Participação da Agricultura Familiar (AF) no total dos estabelecimentos e da área brasileira	35
Tabela 3 - Percentual do Valor Bruto de Produção (VBP) da AF sobre o total	37
Tabela 4 - Comparação da participação da AF e patronal na produção de alguns alimentos	42
Tabela 5 – Dez maiores cidades brasileiras produtoras de mandioca	46
Tabela 6 - Participação da agricultura familiar baiana nos produtos selecionados	47
Tabela 7 - Produção de mandioca e renda (mensal), relacionadas com o salário mínimo em 2004	59
Tabela 8 - Produção de mandioca e renda (mensal e anual), relacionadas com o salário mínimo em 2013	60
Tabela 9 - Valorização do preço da saca de mandioca em relação ao salário	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - COOPERATIVISMO: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA	13
1.1 Século XIX, a gênese do cooperativismo	13
1.2 O cooperativismo moderno dos séculos XX e XXI	20
1.3 Evolução do cooperativismo brasileiro	24
<i>1.3.1 Importância do cooperativismo agropecuário no Brasil</i>	27
CAPÍTULO 2 - ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E	
MANDIOCULTURA	31
2.1 Agricultura familiar e o novo rural brasileiro	38
<i>2.1.1 O Novo Rural Brasileiro</i>	39
2.2 Agricultura familiar e abastecimento de alimentos	41
2.3 Mandioca brasileira e o diagnóstico baiano	43
CAPÍTULO 3 - CONTRASTES ENTRE A TEORIA COOPERATIVISTA	
E A PRÁTICA DOS COOPERADOS NO ASSENTAMENTO CIPÓ	48
3.1 Metodologia	48
3.2 Apresentação da COOPASUB	48
3.3 Descrição do Assentamento Cipó	50
3.4 Caracterização dos cooperados	53
3.5 Dados da produção e comercialização	56
3.6 Renda dos cooperados	58
<i>3.6.1 Renda agrícola</i>	59
<i>3.6.2 Renda não agrícola</i>	62
3.7 Nível de satisfação dos cooperados com a COOPASUB	63
CONCLUSÃO	66

REFERÊNCIAS.....69

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS
ASSOCIADOS DA COOPASUB71**

INTRODUÇÃO

O cooperativismo, apesar de transcorrido tantos anos desde sua implementação, ainda demanda esclarecimentos sobre sua concepção. Na maioria das vezes, é tratado apenas como doutrina, o que tem dificultado análises mais precisas sobre este movimento que gerou a cooperativa, uma organização socioeconômica tão importante na atualidade. Houve um desvirtuamento da prática cooperativista atual ao provocar grandes confusões teóricas e conceituais. Nesse sentido, muitas cooperativas tem se comportado como se fossem empresas privadas, esquecendo-se dos princípios básicos do cooperativismo formulados na Inglaterra em meados dos anos de 1840. No entanto, este é um dos reflexos do sistema capitalista atual que influencia até mesmo a realidade dessas instituições.

A agricultura familiar caminha neste mesmo sentido, se modernizando e mecanizando ao passar dos anos, perdendo aquela característica de atrasada e pequena de outrora. Contando hoje com estudos realizados na área, o Censo Agropecuário, por exemplo, este sistema de produção ganha ainda mais fôlego e visibilidade dentro do contexto econômico por apresentar participação em parte significativa do PIB, principalmente no caso brasileiro.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo discutir o cooperativismo sob o ponto de vista teórico e prático e a nova realidade da agricultura familiar, focando na mandiocultura de Vitória da Conquista - Ba. Para tanto, realizou-se uma análise das origens e do desenvolvimento do cooperativismo, para que, em primeiro lugar, se possa defini-lo melhor e, em segundo lugar, mostrar a sua prática. Além disso, estudou-se a realidade da agricultura familiar dentro do contexto do novo rural brasileiro. A partir dos dados extraídos do Censo Agropecuário foi possível também traçar o perfil da mandiocultura baiana, sobretudo traçando um paralelo com a mandiocultura conquistense, atividade realizada por famílias associadas à Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia – COOPASUB, no Assentamento Cipó em Vitória da Conquista – Ba.

De modo geral, o objetivo é apresentar e analisar os ganhos financeiros alcançados pelas famílias associadas à COOPASUB a partir da cultura da mandioca, para se apresentar os benefícios do modelo cooperativista de produção em Vitória da Conquista e das atividades desenvolvidas pela COOPASUB para o fomento da mandiocultura na cidade. Para tanto, foi necessário responder o seguinte

questionamento: 1. De que forma produzir mandioca em parceria com a COOPASUB agrega benefícios para os cooperados?

Partindo da observação dos fundamentos e princípios teóricos do cooperativismo, coube a afirmação de que a COOPASUB acrescenta valores financeiros, econômicos e sociais para as famílias associadas a cooperativa, sobretudo, àquelas produtoras de mandioca. Sabe-se que a instalação do Complexo Industrial da COOPASUB aumentaria a capacidade de compra para processamento de raízes de mandioca. Portanto, o fluxo de produção dos pequenos produtores da região tenderia a crescer, de modo que essa comercialização fosse capaz de agregar mais renda aos cooperados, influenciando diretamente na qualidade de vida e nível de bem estar dessas pessoas.

Apesar de pequeno, representando aproximadamente 1,22% do número total de cooperados à COOPASUB, o Assentamento Cipó é bastante significativo no que tange a produção de mandioca na cidade de Vitória da Conquista, pois seus moradores sobrevivem da comercialização dessa cultura. As raízes produzidas nessa localidade são as geradoras de renda dessa população e por este motivo criou-se a necessidade de estudar a realidade dessas famílias. Justificando, portanto, a realização da pesquisa e confecção do trabalho.

A fim de responder o questionamento anterior, o presente trabalho foi dividido em três capítulos, além de contar com introdução e conclusão. Em sua primeira parte é apresentada desde a gênese dos princípios cooperativos, traçando um contexto histórico até alcançar o século XXI. Passando, na segunda parte, para a apresentação e análise da agricultura familiar com foco na produção baiana de mandioca, mostrando em números a sua supremacia na produção deste alimento a partir de pequenas comparações com o modelo patronal de produção. Chegando à tabulação de dados colhidos a partir de questionário aplicado juntos aos associados da COOPASUB no Assentamento Cipó, distrito de Vitória da Conquista, mostrando as contribuições que a formação do cooperativismo traz para as famílias conquistenses mandioqueiras e as vantagens que estas pessoas encontram na atuação dos chamados atravessadores, no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 1 COOPERATIVISMO: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

1.1 Século XIX, a gênese do cooperativismo

Cronologicamente, a história do cooperativismo iniciou-se em meados do século XIX, na Inglaterra. O cooperativismo, enquanto doutrina associativista de trabalhadores, é um fenômeno oriundo dos efeitos da Revolução Industrial. Em 1843 devido à dinâmica opressora social da época que fundamentava-se na exploração violenta do trabalho e na alta remuneração do capital, nasce a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Um grupo de inicialmente 28 tecelões, baseado na ajuda mútua, que almejava a melhoria das condições de vida e o bem estar comum.

Para Klaes (2005), mesmo sendo datado o início do cooperativismo somente no século XIX, este tipo de organização sempre esteve presente nas sociedades humanas, desde seus primórdios até os dias atuais. Existe uma tendência natural e universal nos seres vivos, inclusive em animais irracionais, de cooperar uns com os outros. Ainda, segundo Klaes:

Manifestações do instinto de ajuda mútua têm-se profundas em toda a natureza e até nos últimos degraus da vasta escala dos seres vivos. Subindo-a paulatinamente, até atingir os animais superiores, encontram-se provas inconcussas de instinto, de hábitos de solidariedade e de apoio recíproco. São clássicos os exemplos da formiga precavida e laboriosa e da abelha ativa, símbolos do espírito de associação, de tenacidade, de trabalho incessante e de inteligência ao serviço de uma causa comum. [...] Também entre os pássaros são frequentes, como frisam os naturalistas e ecólogos, esse espírito de coesão, de cooperação na luta em comum pela sobrevivência. [...] Entre os pinguins é tão comum este sentimento de solidariedade, que tratam eles com efusivo desvelo os seus doentes, vigiando-os e alimentando os com carinho. [...] Assim, muitos animais, em suas migrações, colocam os mais débeis no centro dos grupos, destacando sentinelas avançadas para a sua defesa nas longas jornadas e iniciam a caminhada para regiões onde esperam melhores condições de vida. Este princípio e esta solidariedade que existem na ordem da natureza têm por instrumento específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional. O homem, como ocupante do mais elevado grau da escala, dos seres vivos também prescinde de auxílio e cooperação mútua (assim tem sido desde seus primórdios), para a consecução de seus objetivos mais imediatos. [...] Por isso, cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde seus primórdios. (2005, p. 32-34)

Porém, ao contrário do que Klaes afirma a respeito da existência do cooperativismo em todo o reino animal, não se pode confundir o ato de cooperar, que é

o que fazem as formigas, abelhas, algumas aves, pinguins dentre outras espécies, com o cooperativismo que é uma ação somente humana. O primeiro é a ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica e/ou colaborar com os outros semelhantes no caso dos animais, já o segundo é um movimento social que foge de uma opressão social através da associação. É por este motivo que:

Etimologicamente cooperação (do verbo latino cooperari, de cum e operari – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. (PINHO, 1966, p.7)

O cooperativismo tem a finalidade de fornecer uma contribuição para que o desejo comum a todos se estabeleça. Utilizando para isso a cooperativa, que é a associação de pessoas democraticamente organizadas. Ainda em suas nas palavras:

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômicosociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino. (PINHO, 1966, p.8)

As cooperativas, para Pinho (1966), são as unidades responsáveis por centralizar e direcionar as atitudes que tentarão corrigir alguns dos problemas sociais enfrentados pela comunidade. Através do cooperativismo, não somente os associados serão beneficiados, mas a comunidade como todo, já que a intenção principal desta ajuda mútua é abranger o maior contingente de pessoas possível.

Após a diferenciação dos termos cooperativismo e ato de cooperar, é possível perceber que, conforme citado a cima, o início das sociedades cooperativas se deu de

fato em meados dos anos de 1840, com o surgimento da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale que pretendia achar uma alternativa positiva para o cenário criado pela Revolução Industrial.

A Revolução Industrial caracteriza-se pelas alterações na tecnologia ocorridas, primeiramente, na Europa em meados do século XVII, até alcançar o resto do mundo a partir do século XIX. A ascensão da indústria moderna levou à massiva urbanização devido ao crescimento do número de migrantes provenientes de comunidades rurais que instalaram-se em áreas urbanas. Porém, junto ao crescimento populacional das cidades vinha com ele inúmeros problemas, tais como falta de moradia, saneamento básico, alimento. Além disso, a Revolução Industrial trouxe consigo profundos impactos no processo produtivo, porque a produção deixou de ser manual para ser feita com auxílio de máquinas, atingindo também o nível econômico e social, já que muitos trabalhadores perderam os empregos por falta de capital para manter sua produção. Neste contexto, as pessoas passaram a ser trabalhadores contratados pelos burgueses que possuíam o capital para obter desde matéria prima, instalações até a mão de obra, para exercerem funções em conjunto nas fábricas, que na maioria das vezes executavam sozinhos em suas oficinas.

A aversão dos trabalhadores às condições de vida e de trabalho determinada pela burguesia, deflagrou-se desde que o desenvolvimento industrial começou. As condições inapropriadas de trabalho, como longas jornadas que chegavam até dezoito horas diárias, insalubridade nas fábricas, falta de remuneração devida para todos, inclusive utilizando mão de obra infantil e feminina em algumas fábricas, capatazes eram responsáveis por impor penas físicas aqueles que não cumprissem as tarefas determinadas, foram o marco para que movimentos sociais se formassem em defesa dos trabalhadores que sofriam os reflexos deste suposto avanço trazido pela Revolução.

Dos movimentos precursores da organização feita em Rochdale, Inglaterra, os dois que mais influenciaram o surgimento do então cooperativismo foram o cartismo e o owenismo. Nesse ambiente de tantas transformações e mazelas sofridas pelo trabalhador, o movimento cartista foi um dos primeiros a reivindicar a participação política dos operários e defender a criação de leis em prol da classe. Para Engels (2008, p. 262) “o cartismo é a forma condensada da oposição à burguesia”. Foi um movimento essencialmente operário que não estava nitidamente separado da pequena burguesia

radical. Liderados por Feargus O'Connor e William Lovett, o pensamento cartista lutava por reformas políticas nas décadas de 1830-1840, criando assim a Carta do Povo que pretendia atingir alguns objetivos, dentre eles o voto secreto, eleições anuais para o Parlamento, defendendo também a substituição do voto censitário pelo sufrágio universal. Em 1848, foi programada uma marcha para exigir que os pedidos da Carta do Povo fossem atendidos. Mesmo não reunindo muitos manifestantes, o cartismo conseguiu o apoio Parlamentar.

Após essa primeira manifestação da classe trabalhadora britânica, outro movimento em prol da questão trabalhista se formou, o owenismo. Sua ideia principal era viver em comunidade sob cooperação mútua, com posse comum de bens e igualdade de direitos, buscavam uma sociedade que se mantivesse afastada da competição entre os diversos mercados. Os adeptos da corrente owenista afirmavam que o trabalho era a única fonte de riqueza, mas a realidade apresentada pela Revolução Industrial mostrava o contrário, mesmo sendo os trabalhadores quem produziam toda a riqueza, eles continuaram sendo os pobres da sociedade. Por este motivo os owenistas, baseados nos pensamentos de Robert Owen, afirmavam que era preciso substituir a ordem econômica e social vigente por um novo sistema baseado na convivência harmoniosa e não na competição. Sendo a primeira corrente social a entender que o lucro dos burgueses não vinham especificamente do maquinário, mas sim do controle do capital e por este motivo a melhor alternativa era viver de forma cooperada e harmoniosa.

Estes primeiros movimentos buscavam utopicamente a construção de uma nova sociedade. No entanto, o que se observou foi uma história marcada pela conquista de alguns pontos propostos pelas várias correntes que se formaram ao longo da Revolução Industrial e muitas derrotas que levaram ao fim da existência dessas organizações.

Em 1843 mais um grupo de pessoas se juntou em busca de defesa para as injustiças cometidas pelos burgueses para com o proletariado, trata-se da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Um total de 28 tecelões, sendo dentre eles somente uma mulher, insatisfeitos com o cenário de sofrimento, falta de emprego e de remuneração justa e descontentes com as condições de vida, de moradia e alimentação, além de aborrecidos com a conjuntura apresentada nas fábricas, resolveram se reunir para discutir possíveis soluções para os mesmos problemas enfrentados anteriormente pelos outros movimentos que não obtiveram conclusões.

Depois de muitas tentativas que fracassaram, a experiência baseada no cooperativismo que mais deu certo foi a Cooperativa de Consumo do Probos Pioneiros de Rochdale, constituída em 21 de dezembro de 1844, funcionando como um armazém cooperativo. Iniciou com o capital de 28 libras, o suficiente apenas para comprar uma pequena quantidade de artigos alimentícios. Segundo Pinho (1966), mesmo com capital inicial baixo, a sociedade cresceu e se fortaleceu rapidamente, ao contrário do que os capitalistas imaginavam. Em 1845 eram 80 cooperados, totalizando um capital de 180 libras, passando para 630 cooperados em 1851 e no ano de 1857 chegou a uma média de 1850 pessoas. Ao decorrer de dez anos atingiu o número de 5.300 associados.

Diante a realidade econômica e das condições de vida dos trabalhadores desta sociedade inglesa, as intenções do movimento dos Probos Pioneiros de Rochdale refletiam uma postura mais humanizada e com um certo teor democrático a fim de abranger e satisfazer as necessidades dos operários da região. Para Martinho (2000), as ocupações destes ingleses eram na maioria das vezes tecelões, alfaiates, impressores, vendedores ambulantes, entre outras. Em suas palavras:

A classe operária de meados do século XIX, sem dúvida, bastante diferente das classes trabalhadoras da primeira metade do século. Estas trabalhavam sobretudo no setor têxtil, e engrossavam, além disso, os setores, ainda então bastante significativos, de artesãos (alfaiates, sapateiros, etc.) (2000, p.195).

Os trabalhadores que aderiram à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale tinham uma opinião oposta à forma individualista com que os capitalistas da época agiam. Eles pretendiam, entre outras coisas, abrir um armazém para a venda de produtos de primeira necessidade, como alimentos e roupas; construir habitações para seus membros; fabricar artigos para toda a sociedade, pois assim haveria trabalho para os que sofriam constantes diminuições de salários e para os seus membros desempregados; organizar uma colônia auto-suficiente com produção e distribuição de bens, além de ter educação e governo próprio. Ao compreender a necessidade da criação de uma atividade que fosse o germe inicial de uma transformação na sociedade da época, serviram de exemplo para outras sociedades, por assim dizer, cooperativas, que se fixaram a partir daquele momento.

Posteriormente surgiram mais sociedades cooperativas, baseando-se sempre nos fundamentos criados em Rochdale, intitulado Princípios dos Pioneiros de Rochdale.

Adesão livre, gestão democrática, neutralidade política, religiosa e ética, transações a dinheiro, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, e desenvolvimento de ensino próprio são alguns dos princípios estabelecidos por meio de reuniões semanais no galpão do armazém. Os valores estabelecidos de solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência também foram pontos estipulados pelos operários. Vale ressaltar que estes fundamentos foram criados à medida que se fortalecia e aumentava o número de adeptos a sociedade cooperativa, e não necessariamente no princípio de sua fundação. As normas elaboradas pelos tecelões foram, em parte, até hoje seguidas pelas cooperativas do mundo inteiro.

Para dar suporte às intenções pré-estabelecidas pelos cooperados, a Sociedade do Moinho Farinheiro do Distrito de Rochdale foi criada em 1850. Uma cooperativa de produção ligada à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale que pretendia distribuir de forma justa entre os sócios tudo o que era produzido. Seguindo seus propósitos iniciais e ingressando no ramo industrial, os pioneiros criaram em 1855 a Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale, especializada na tecelagem. E como era de se esperar, o objetivo maior era garantir aos membros emprego nas manufaturas de algodão e lã, melhorando a situação doméstica e social de todos.

Em cerca de 30 anos, a Cooperativa de Rochdale experimentou um crescimento incomparável na história. Traçando uma linha do tempo podem-se observar os seguintes dados: 1844 é o marco inicial do cooperativismo, na ocasião em que 28 tecelões subempregados se reuniram e fundaram esta cooperativa. Em 1849, organizaram a Biblioteca da Cooperativa, que contava com 7.000 volumes e 11 salas de leitura no ano de 1869. Foi construída uma escola para crianças em 1850, e mais tarde uma sala de reuniões onde jovens se encontravam para ensinar uns aos outros; nesta mesma década, já existiam várias cooperativas nos moldes de Rochdale, entre elas Sociedade do Moinho do Distrito de Rochdale, para preparação e negociação da farinha. Na década de 1860, cerca de 500 cooperativas estavam em operação e a C.W.S. — Cooperative Wholesale Society foi criada; no ano de 1867. Foram construídas 36 casas para os associados, por meio da Sociedade para Construção de Casas Econômicas. Já no final da década de 1870 duas conquistas foram muito importantes, a primeira se deu através da C. W.S., quando foi criada uma seção bancária, para investimentos dos associados, e a segunda foi a aquisição do primeiro navio, Plover, em 1876, que proporcionou a abertura de um escritório em New York, iniciando a partir deste momento um comércio

com os Estados Unidos. Foi fundada em 1895 a A.C.I – Aliança Cooperativa Internacional, por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, com o objetivo de criar um órgão representativo mundial.

Porém, apesar de bem sucedida, alguns conflitos rodearam os princípios e práticas cooperativas da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Devido às condições econômicas do liberalismo inglês, as propostas cooperativas entraram em choque, pois o capitalismo liberal opunha-se ao cooperativismo. Esta situação se intensificou quando a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale abandonou os princípios igualitários e aceitou o assalariamento, o que ocasionou, segundo John Brerley secretário do movimento, desvantagens para os membros da sociedade. É possível ver em Holyoake, um trecho do discurso de Brerley:

Em 1855 se estabeleceu, nesta cidade uma cooperativa de produção [...] seu propósito era entregar parte das utilidades obtidas ao capital e parte ao trabalho. Esta sociedade teve muito êxito em seus primeiros anos mas, os sócios capitalistas pensaram que os trabalhadores iriam receber demasiados benefícios. Resolveram, então, suprimir a parte reservada ao trabalho. Esperamos ver, dentro em pouco, restabelecido este direito e os princípios de cooperação completamente desenvolvidos, pois estamos convencidos que encerram incalculáveis vantagens para o povo. (BRERLEY apud HOLYOAKE 1969, p. 89)

Para John Brerley, secretário responsável pela cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, quando os capitalistas que também se juntaram ao movimento começaram a julgar a mão de obra menos valorosa do que o capital, os benefícios comuns aos associados se perderam. Deste modo, os ganhos que deveriam ser divididos entre todos de forma igualitária, agora seriam substituídos por salários aos que trabalhavam, perdendo um dos pilares do cooperativismo. Neste momento, o marco inicial do cooperativismo moderno, abandona sua proposta primária e instaura dentro de suas atividades o reconhecimento da exploração do homem pelo homem.

O cooperativismo inglês do século XIX, mesmo com os conflitos que vivenciou e com as alterações sofridas nos princípios básicos formulados no decorrer de vários anos por meio de assembleias, tem reconhecimento merecido. Mostrar para as classes exploradas e oprimidas da época que elas tinham capacidade de decidirem seu futuro sem necessitarem que a economia fosse direcionada pelos capitalistas, é o maior mérito deste movimento. Cabe, principalmente, à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale este reconhecimento, pois foi a partir da reunião destes 28 tecelões que ao mundo foram

apresentadas as bases do cooperativismo moderno, caracterizados nos séculos XX e XXI, assunto abordado na próxima sessão.

1.2 O cooperativismo moderno dos séculos XX e XXI

Embora as cooperativas modernas sejam muito mais complexas do que a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, os princípios cooperativistas escritos em 1844 ainda vigoraram e continuaram sendo as bases do cooperativismo nos séculos XX e XXI. Entre eles, encontram-se a ajuda mútua, igualdade, equidade, solidariedade. Princípios que norteiam ações com vistas a reduzir os problemas sociais.

A experiência dos trabalhadores da Inglaterra espalhou-se por outros países, sendo difundidas pelo mundo inteiro posteriormente. Servindo como instrumentos de geração de emprego e renda, as cooperativas já nesta época atuavam tanto nos processos de produção, industrialização, comercialização, quanto no crédito e na prestação de serviços. No entanto, o que se observou foi que na primeira metade do século XX, a maioria das cooperativas estavam indireta ou diretamente ligadas à agricultura e ao crédito. Porém, com a nova contextualização histórica a cooperativa se modernizou desvirtuando-se parcialmente dos seus princípios básicos. Embora inspirada no ideal de democracia direta, acabou se configurando em uma complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada. Segundo Pinho (1982), apesar das cooperativas ainda terem como base a busca pela melhoria comum, em meados do século XX esta realidade se modificou um pouco. A partir de então os cooperados buscavam o bem comum, mas sempre querendo alcançar primeiramente o bem individual. Isso quer dizer que ao aceitarem certas limitações impostas pela cooperativa, os cooperados passaram a priorizar a garantia de suas vantagens.

Como associado-empresário-usuário racional, o cooperado renuncia a uma parte de sua autonomia e de seu poder para se unir cooperativamente a outros empresários, submetendo-se aos princípios de igualdade e da gestão democrática, bem como à formação de um patrimônio ou acervo de utilidade coletiva, mas impartilhável entre os associados. Aceita limitações, à sua decisão pessoal, impostas pelas assembleias gerais de cooperados, em troca de determinadas vantagens, tais como: redução de custos, economia de escala, ampliação do mercado, defesa de sua produção ou de sua atividade profissional, realização solidária de empreendimentos que transcendem o âmbito de sua capacidade técnica e financeira e

aumento de serviços econômicos e sociais, à sua disposição, etc. (PINHO, 1982, p.66).

O que fica claro nesta colocação de Pinho (1982) é que os interesses particulares, algumas vezes, sobressaíram-se o bem comum. Porém ao analisar o período capitalista em que isto se configurou, é possível ver que as dificuldades da época eram grandes, o capitalismo estava cada vez mais inerente e fixado no pensamento das pessoas e a busca pelo próprio bem era reflexo do novo padrão de vida que estava sendo adotado.

Ao longo do século XX, a globalização do capital induziu principalmente à tentativa da padronização dos níveis de consumo. Isso se deveu não apenas ao progresso tecnológico, intrínseco à Revolução Industrial, mas também ao imperativo dos negócios. Por ser resultado de um mundo globalizado, a tremenda crise de 1929 que atingiu a economia mundial e teve tamanha amplitude, marcou um período caracterizado também por guerras, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria (1945-1991). Neste contexto de guerras e crises o papel das cooperativas agrícolas e de crédito foi decisivo na manutenção de emprego e renda para parte da população global que estava associada a alguma cooperativa. Como alternativa para driblar os efeitos econômicos negativos de meados do século XX, o cooperativismo foi visto por muitos como uma saída plausível para os problemas ocasionados.

Mesmo com desvirtuamento de alguns preceitos básicos do cooperativismo, nos anos próximos ao de 1900 houve um crescimento significativo das cooperativas de crédito, por exemplo. Por definição ela é uma associação de pessoas que buscam uma melhor administração de seus recursos financeiros, através da ajuda mútua, sem fins lucrativos.

O objetivo da cooperativa de crédito é prestar assistência creditícia e serviços de natureza bancária a seus associados com condições mais favoráveis. Visando auxiliar os associados na recuperação financeira e na alocação consciente dos recursos, almejando alcançar a qualidade de vida dos mesmos. O cooperativismo de crédito vivenciou ao decorrer desses anos um aumento de suas unidades. Este tipo de organização forneceu de modo mais democrático o acesso ao crédito, sendo caracterizado como um sistema sólido de alternativa econômica viável para a realidade da época.

O cooperativismo ligado à agricultura foi outra saída apropriada para algumas famílias de todo o mundo, que sofriam os efeitos negativos dos acontecimentos do momento. Esta organização se beneficiava ainda mais quando em conjunto com as cooperativas de crédito, pois estas forneciam recursos financeiros aos seus associados a custos mais baixos, fazendo com que o lucro da atividade econômica – produção agrícola - se revestisse em benefícios pessoais. Ora, se o agricultor fosse vender seu produto isoladamente, teria pequeno poder de negociação, enquanto que, a cooperativa, juntando os produtos de vários agricultores, criava grande poder de negociação e conseguia preço melhor. Então, seria possível conseguir crédito de forma mais abrangente, plantar seus produtos e vendê-los por meio das cooperativas, atingindo um preço maior no mercado, o que se transformaria em outros bens de consumo para o produtor, que agora teria mais dinheiro para adquirir produtos diversos.

Além destes dois ramos do cooperativismo, foi de grande importância o desenvolvimento de outras áreas. Cooperativas de consumo (como a de Rochdale) foram se fixando no mercado, de educação, saúde, habitacional, de trabalho, entre outras, também são frutos da organização de pessoas ao redor do mundo, buscando novos caminhos e possibilidades para suas vidas. Estas cooperativas visavam melhorar o nível de conhecimento acadêmico e técnico, além de prestar auxílio e socorro aos doentes, construir habitações, melhorar o crédito, fomentar a produção de bens agrícolas e industrializados, fornecendo de modo mais alternativo emprego e renda para os cooperados e suas proles, conforme dito pela SEAGRI (2013). Ultrapassando as fronteiras de obtenção de renda estas organizações, ainda que com o pensamento menos comum e afastado da ideologia formada em 1844, buscavam e tentavam criar soluções sociais que garantissem minimamente o sustento de seus associados.

Os séculos XX e XXI foram marcados por um cooperativismo mundial inserido no capitalismo. Seus setores passaram a ser mais burocráticos, a administração começou utilizar alguns modelos de gestão observados no sistema capitalista de produção, a adesão mesmo sendo livre passou por critérios mais rígidos, e os interesses de alguns começaram a se sobressair em detrimento da maioria. Estas são algumas das características que ainda se encontram no cooperativismo moderno. No Brasil os ramos distintos de cooperativismo passaram por evoluções, assim como em todo o mundo, e absorveu também esse modernismo em sua gestão.

De acordo com o SEBRAE (2009), após anos de mudanças e a partir de meados do século XX, o cooperativismo moderno pode ser entendido como uma sociedade de no mínimo 20 pessoas sem fins lucrativos atuando na produção e/ou comercialização de bens e serviços. Sua finalidade é desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, comercialização e prestação de serviços de acordo os interesses das unidades e dos associados, além de capacitá-los para o trabalho e a vida em comunidade.

A cooperativa necessita de documentos oficiais comprobatórios de sua existência: CNPJ, Inscrição Estadual, registro no INSS, no Ministério do Trabalho e alvará expedido pela Prefeitura local – estes são as organizações responsáveis pela fiscalização das operações internas do cooperativismo. Após registrada nos órgãos competentes, elas estão aptas a realizar operações financeiras, inclusive podendo solicitar ou emprestar dinheiro ao Governo Federal, recolhendo somente Imposto de Renda Pessoa Jurídica para operações com terceiros.

A distribuição dos resultados financeiros nas cooperativas modernas é feita de acordo como volume de negócios de cada indivíduo, valendo lembrar que das sobras 10% destina-se para fundo de reserva próprio de cada organização e 5% para o FUTES (Fundo Educacional). Para todas as atividades realizadas pela cooperativa é obrigatória a aprovação do estatuto, que se realiza por intermédio de assembleia geral, assim como a eleição do conselho administrativo e fiscal, onde cada cooperado tem direito a um voto e o registro do mesmo é feito pela Junta Comercial. Se ao decorrer de determinado período os associados resolverem acabar com a cooperativa, há também votação em assembleia. Todas estas características estão previstas na Lei nº 5.764/71, artigo 5º, XVII a XXI e artigo 174, §2º da Constituição Brasileira, Código Civil – Lei nº 10.406/2002.

Os séculos XX e XXI foram marcados por um cooperativismo mais organizado, com características bem definidas, previsto em leis da Constituição, porém como dito por Pinho (1982), muito mais inserido no capitalismo. Apesar do progresso estrutural vivenciado desde sua formação em 1844, a parte social (ponto fundamental e mais importante) ficou um pouco abalada, já que os interesses pessoais adentraram na política das cooperativas, fazendo com que alguns associados se beneficiassem mais do que outros. Os problemas que os artesãos de Rochdale tentaram resolver, se encontram atualmente dentro das unidades de ajuda mútua, as desigualdades de renda que outrora

eram vistas somente no modelo patronal de produção, infelizmente alcançaram também o padrão cooperativista. Com o cenário brasileiro não foi diferente, a medida que o cooperativismo se adentrava no meio capitalista, ele se espalhava nacionalmente fundamentado nesses padrões mais individualistas.

1.3 Evolução do cooperativismo brasileiro

As cooperativas, ou seja, sociedades de pessoas físicas ou jurídicas com objetivos econômicos e sociais em comum, surgiram logo após a Revolução Industrial. Elas viabilizam atividades que, isoladamente, não seriam possíveis ou seriam muito difíceis de serem realizadas. Mais de um século e meio depois, esse tipo de agrupamento permanece, tendo alcançado todo o mundo, inclusive abrangendo o Brasil.

Segundo Madoenho (2011), a primeira forma de organização baseada no comunitarismo comendo uma sociedade cooperativista deu-se, no Brasil, por volta de 1600, com as primeiras ocupações dos jesuítas, onde o trabalho coletivo visava o bem-estar da coletividade. Entretanto, considera-se o ano de 1847 como o início do movimento cooperativista no país. Quando o médico francês Jean Maurice Faivre inaugurou a Colônia Agrícola Tereza Cristina, com inspiração nos ideais humanistas, no Paraná. Vale ressaltar que apenas três anos tinham se passado após a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, quando Faivre fundou tal colônia, também buscando uma alternativa diferente de vida para o interior paranaense.

Tereza Cristina é hoje um distrito localizado na região sul do município de Cândido de Abreu - PR, onde estão as primeiras raízes do cooperativismo no Brasil. A Colônia Agrícola Tereza Cristina, tendo comprovado sua prosperidade até findar o século XIX e nas décadas iniciais do século XX, obteve a instalação do primeiro cartório judicial, telefone, agência de correio, escolas, hospital, igrejas. O que dava condições de ser considerado um lugar com um bom desenvolvimento para a época.

Esta experiência no município de Cândido de Abreu, é caracterizada como o início e exemplo que serviu de base para outras organizações parecidas, até chegar ao modelo das cooperativas atuais brasileiras. Segundo SEAGRI (2013), no Brasil existem

11 tipos de cooperativas, entre elas as agropecuárias, de crédito, de educação, saúde, de transporte, de turismo e lazer e de trabalho. A saber:

- **Segmento Agropecuário:** Os primeiros modelos foram criados no Brasil, em Minas Gerais, a partir de 1907. Atuando ao longo das cadeias produtivas, possibilita a compra em comum de insumos e a venda da produção dos cooperados, além de prestar serviços de assistência, armazenamento, industrialização, comercialização, por exemplo. É atualmente o segmento mais forte de todo o cooperativismo brasileiro.
- **Segmento Consumo:** A primeira cooperativa oficialmente criada no mundo, em Rochdale, foi desse tipo. A experiência brasileira iniciou-se em meados de 1897, em Campinas, com a criação da Cooperativa dos Empregados da Cia. Paulista de Estrada de Ferro. Seu objetivo central foi repassar aos associados mercadorias em quantidade, qualidade e preços competitivos.
- **Segmento Crédito:** A primeira cooperativa brasileira foi criada no Rio Grande do Sul, sob inspiração do Pe. Theodor Amstadt, funcionando como uma espécie de caixa de auxílio mútuo. Após anos de amadurecimento, hoje existe uma divisão nestas cooperativas: as urbanas e as de crédito rural. Sendo fiscalizada pelo Banco Central do Brasil.
- **Segmento Educacional:** Na década de 1980, quando a classe média sofreu com a perda de poder aquisitivo, em Itumbiara-GO surgiu a primeira tentativa nacional de uma cooperativa no ramo da educação, com o intuito de oferecer ensino de qualidade a preço adequado.
- **Segmento Especial:** As cooperativas que fazem parte deste grupo são compostas por deficientes físicos.
- **Segmento Habitacional:** desenvolvido em 1964, para organizar a ação dos órgãos públicos e fomentar a iniciativa privada, visando estimular a construção e financiando a aquisição da casa própria, especialmente para as classes pobre e média.
- **Segmento Mineral:** Criado em 1993, composta pelas cooperativas de extração mineral.

- **Segmento Produção:** Para fazer parte deste grupo, as cooperativas precisam dispor de meios de produção comuns e de uso coletivo, além disso, os próprios cooperados precisam ser os responsáveis por todas as funções da instituição.
- **Segmento Saúde:** Formadas por profissionais da área de saúde, organizados em cooperativas para superar o desemprego e oferecer serviço de qualidade, com custos acessíveis aos seus clientes.
- **Segmento Serviço:** As cooperativas que se enquadram neste ramo objetivam prestar coletivamente serviços à sociedade.
- **Segmento Trabalho:** A Cooperativa de Trabalho dos Carregadores de Bagagens do Porto de Santos foi a iniciante brasileira, no ano de 1938. Este tipo de cooperativismo é constituído por profissionais de uma mesma área de interesse, como taxistas, por exemplo, que pretende deste modo superar o desemprego.

Ainda segundo SEAGRI (2013), a colaboração dos colonos alemães e italianos na propagação do cooperativismo brasileiro em sua criação foi fundamental. Foi na região sul do Brasil que o cooperativismo ganhou maior impulso. E, a partir de lá, os diversos segmentos das cooperativas desenvolveram-se no país e, hoje, desempenham importante papel na economia brasileira. O segmento agropecuário e de crédito reúnem quase 2 milhões de associados, reunidos em torno de 2,3 mil cooperativas, que geram aproximadamente 115 mil postos de trabalho.

Apesar dos dados da SEAGRI mostrarem um perfil positivo a respeito do cooperativismo brasileiro, Martins (1982), afirma que com as mudanças sofridas o capitalismo incorporado a esta estrutura traz consigo pensamentos e ações de alguns a fim de apropriar-se dos ganhos produzidos pela cooperação na confecção de bens agrícolas e industriais. Baggio (1983), ao dizer que a forma, localidade e recurso das cooperativas são ditadas pela estratégia mercadológica atuais para que estas organizações se integrem as economias de mercado nacional ou internacional, acrescenta o pensamento de Martins (1982). Para estes autores, o modernismo e alterações que o cooperativismo mundial e brasileiro passou trouxeram um olhar mais capitalista do que social às rotinas dos associados, já que neste contexto um dos ideais almejados é a busca de lucro individual por intermédio da alocação das cooperativas no meio capitalista de produção.

Segundo Pinho (1982), o associado busca nas cooperativas, - em se tratando de Brasil, mais especificamente nas agropecuárias - a eficácia de sua atividade econômica, mesmo presenciando o desvirtuamento das normas estabelecidas em Rochdale. Exatamente pela relevância desse segmento do cooperativismo, que na próxima sessão será efetuado um estudo mais aprofundando sobre a temática.

1.3.1 Importância do cooperativismo agropecuário no Brasil

As cooperativas agropecuárias são formadas por agricultores e pecuaristas que buscam um modo comum melhorar o processo de produção, para obterem preços mais acessíveis e promoverem a compra de insumos com maiores vantagens do que se o fizesse isoladamente.

De acordo com Nunes, dentre as funções de uma cooperativa agropecuária as principais são:

- a) vender os produtos agrossilvopastoris entregues por seus associados, podendo proceder ainda a classificação, a padronização, o depósito, o armazenamento, o beneficiamento e a industrialização daqueles produtos recebidos;
- b) distribuir aos associados bens de produção e utilidades necessários às suas atividades agropecuárias e abastecê-los com produtos de uso e consumo pessoal ou da família;
- c) proporcionar serviços de interesse comum dos associados, para incremento e defesa de sua produção agrícola, como assistência administrativa, técnica e social;
- d) fomentar o cooperativismo no meio rural;
- e) abrir canais confiáveis de comercialização;
- f) aumentar o poder de barganha dos produtos na venda de produtos e na compra de insumos;
- g) reduzir margens entre os preços dos produtos agrícolas no mercado final e os preços recebidos pelos cooperados;
- h) reduzir margem existente entre o preço de compra dos insumos aos agricultores no varejo;
- i) proporcionar ganhos de escala aos cooperados na prestação de serviços, tais como: transporte de produtos, assistência técnica;
- j) classificar e selecionar embalagens;
- k) fazer propaganda dos seus produtos em regiões onde possam ser rapidamente distribuídos;
- l) padronizar termos de venda no mercado, uniformizar cotações, levantar informações de mercado etc. (1993, p. 24-25)

Atribuições como venda, armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrossilvopastoris, distribuição de bens que fomentem a produção agropecuária, abrir meios confiáveis de comercialização, proporcionar ganhos de escalas aos cooperados, além de fornecer bens de uso pessoal, reduzir margem de preços dos produtos finais e os recebidos pelos associados, são alguns dos atributos que as cooperativas agropecuárias brasileiras se comprometem a cumprir. A realização

destes pontos faz com que este ramo adquira um lugar significativo na economia nacional, melhorando as condições de vida e trabalho de uma grande parte da sociedade.

Fortalecidos dentro de um grupo maior, as cooperativas, os agricultores têm condições de negociar contratos melhores e preços mais justos para insumos como sementes, fertilizantes e equipamentos. Além disso, as cooperativas oferecem condições que os agricultores dificilmente aproveitariam individualmente, como a garantia do direito à terra e melhores ofertas de mercado, com isso podem ser consideradas um modelo de negócio equilibrado e adaptável às necessidades das comunidades rurais dos países em desenvolvimento.

No Brasil as cooperativas agropecuárias, principalmente após a primeira metade do século XX, têm sido um segmento de grande importância para o desenvolvimento social e econômico do país, como afirma a Nunes (1993). Para ratificar esta informação, a SEAGRI (2013), afirma que se acontecer uma crise nesse setor, toda a economia sofreria impactos, pois geraria falta de alguns alimentos produzidos pelo seguimento não só no Brasil, mas também nos países importadores da produção agropecuária nacional. Conforme Nunes:

Este é o segmento mais importante do cooperativismo brasileiro, tanto na prestação de serviços de apoio técnico, quanto no beneficiamento primário, na industrialização e na comercialização da produção silvo pastoril. Em 1989, esse setor era constituído por 1438 cooperativas, que representavam mais de 40% do total das cooperativas brasileiras. A hegemonia das cooperativas agropecuárias é tão importante que, se ocorrer um colapso no sistema cooperativo, haverá graves consequências no abastecimento alimentar dos grandes centros. (1993, p. 23)

Ao observar os dados da SEAGRI citados acima e o posicionamento definido por Nunes, fica clara e evidente a importância que este segmento do cooperativismo brasileiro traz consigo. Além do crescimento físico - número de cooperativas e cooperados - perceptível ao longo do século XX, é incontestável a relevância do mesmo quanto ao abastecimento alimentício em alguns países do mundo. O cooperativismo agropecuário brasileiro assume a tendência de ser um elemento capaz de promover a modernização estrutural nas áreas rurais deste país e provocar a inclusão dos trabalhadores rurais no mercado global.

Quando se fala em evolução e desenvolvimento das cooperativas agropecuárias nacionais, pode-se verificar uma incorporação de novas tecnologias em suas unidades de produção. Este é um reflexo das alterações constantes que o país encontra-se inserido em todos os seus setores, inclusive nas cooperativas. Quando passam pelo processo de modernização, ganham mais força na produção, visibilidade para negociarem com outros setores e mercados, além de adquirirem uma abrangência maior no território brasileiro, transformando-as em empreendimentos agropecuários com grande margem de lucro que, de acordo com os fundamentos básicos do cooperativismo, são repartidos de forma equitativa entre os cooperados. Alcançando, portanto, seus pontos mais significativos, a ajuda mútua e melhora das condições de vida dos associados.

A prática das funções fundamentais do cooperativismo fez com que cooperativas se expandissem pelo território brasileiro e, principalmente, impulsionassem o desenvolvimento econômico do país, ocasionando uma ampliação considerável do poder econômico dos seus cooperados. Ao praticar todas as finalidades atribuídas ao cooperativismo, percebe-se que o papel das cooperativas vai além da simples comercialização de produtos no mercado, alcançando uma melhoria nas condições de vida dos associados e seus familiares. Sendo assim as cooperativas constituem um elemento de grande valia em todo o processo de desenvolvimento das atividades ligadas ao meio rural e a melhoria no que diz respeito a qualidade de vida do homem do campo. Elas prestam importantes serviços aos associados, não só no ponto da produção e comercialização, mas também impactando na estrutura social, política, cultural e econômica dos indivíduos, ao passo que propiciam aumento de renda, permitindo que haja maior nível de vida para os cooperados.

Ultrapassando as fronteiras dos benefícios econômicos, como geração de renda, dos sociais, inclusão no mercado, a ação das cooperativas agropecuárias é um importante instrumento que garante a segurança alimentar e redução da pobreza. Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO (2013), elas beneficiam o pequeno agricultor no instante em que aumenta seu poder de alimentação e a capacidade de compartilhar recursos.

Ainda segundo as referências da FAO (2013), este setor da economia conta com uma média de 800 milhões de cooperados no mundo todo, garantindo 20% a mais de empregos do que famosas multinacionais, ou seja, 100 milhões de pessoas, graças ao

sistema cooperativista de produção, trabalham e garantem maior renda e alimentação para suas famílias.

Numericamente, os dados da FAO (2013), nos mostram que no ano de 2008, as 300 maiores cooperativas do mundo movimentaram cerca de um trilhão de dólares. Este valor foi aproximadamente três vezes maior do que o PIB (Produto Interno Bruto) da Argentina daquele mesmo ano, por exemplo. No Brasil, o cooperativismo agropecuário foi responsável por uma média de 37,2% do PIB agrícola, representando um percentual de 5,4% do PIB nacional em 2009, assegurando cerca de 3,6 bilhões de dólares somente em exportações.

Entretanto, apesar de apresentar números significantes dentro da economia agrícola brasileira, este setor ainda precisa de iniciativas que auxiliem e permitam aos agricultores reunir ativos para superar barreiras de mercado e outras limitações como a falta de acesso aos recursos naturais, por exemplo. Como a maior parte do sistema cooperativista de produção detém um capital muito menor do que o modelo patronal, a aquisição de insumos, apesar de facilitada pela cooperação de todos, ainda se dá de forma menos acessível, os fundos para manter este sistema em produção em funcionamento é adquirido em menor escala. O modelo capitalista em que se vive atualmente, favorece os mais ricos e estruturados na hora da compra e venda dos recursos.

Por esta razão, é fundamental desenvolver diálogos entre os governos, a sociedade civil, os agricultores e as cooperativas para a implementação de políticas, leis e projetos que levem em consideração as necessidades de homens e mulheres no campo. Com isto, seria possível criar um ambiente adequado para o crescimento e fortalecimento das cooperativas agropecuárias espalhadas por todo o território nacional. Ocasionalmente de modo mais representativo um aumento da renda e condições de vida - em todos os aspectos possíveis -, para as famílias mais abastadas da sociedade e que sobrevivem, muitas vezes, simplesmente por encontrarem no modelo cooperativista uma alternativa positiva para suas sobrevivências.

2. ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E MANDIOCULTURA

O cooperativismo agropecuário brasileiro se caracteriza fundamentalmente pela utilização de mão de obra proveniente da agricultura familiar. No setor primário da economia de um país a agricultura exerce grande importância como fonte geradora de alimentos, emprego e renda. A agricultura familiar é uma ramificação bastante representativa deste setor, sendo um modo de produção bastante antigo e ainda hoje com muito destaque.

O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se tanto as funções de caráter social, quanto as econômicas, tendo em vista sua produtividade e menor incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. Além desses aspectos, a agricultura familiar tem importância reconhecida na manutenção do meio ambiente, ao passo que utiliza medidas mais eficazes do ponto de vista do uso racional dos recursos naturais, garantindo certo teor de sustentabilidade, se valendo de práticas como, por exemplo, a alternância de culturas que garante ao solo uma menor perda de seus nutrientes com consequente utilização mais consciente dos recursos naturais exauríveis.

Ao se referir à agricultura familiar, muitos autores desenvolvem suas teses a respeito do assunto, porém aqui o conceito predominante é o desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com base na concepção destas organizações, pode-se definir a agricultura familiar:

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se

realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Seguindo desta definição é possível observar que os traços essenciais da agricultura familiar são, em suma, o patrimônio pertencente à família e sua gestão feita pelos próprios proprietários da unidade de produção, sendo estes ligados entre si por laços de parentesco. Além disso, a base do trabalho é fundamentalmente familiar, podendo ter funcionários contratados, porém com a maioria pertencente à mesma família. Como o próprio nome diz na agricultura familiar o trabalho e a gestão é predominantemente familiar, que além de fixar o homem no campo, contribui também para o desenvolvimento do setor agrícola nacional, gerando alimentos para consumo interno e para exportação.

Complementando este conceito elaborado pelo INCRA/FAO, na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi assim descrita:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Já segundo Wanderley (1999), agricultura familiar deve ser entendida também por intermédio de outros aspectos, trazendo consigo cinco traços característicos das sociedades camponesas: 1) autonomia face à sociedade global; 2) importância estrutural dos grupos domésticos; 3) sistema econômico de autarquia relativa; 4) uma sociedade de interconhecimentos; e, por fim, 5) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. Em suas palavras, o agricultor familiar, mesmo que com certo teor de modernidade, quando inserido ao mercado:

[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1999, p. 52).

A autora ao defender outras características para o agricultor familiar não se distancia totalmente da definição da FAO/INCRA, porém acrescenta diferentes aspectos para tal conceito. Para ela, um dos pontos similares entre as famílias agricultoras e os antigos camponeses é exatamente a problemática da falta de recursos para o desenvolvimento da atividade. Esses recursos se apresentam de inúmeras formas, seja na escassez de terras suficientemente férteis, seja na ausência de políticas públicas satisfatórias para atender de forma equivalente estas famílias e o modelo patronal de produção. Ainda pode-se acrescentar neste grupo a carência de modernização da maioria dos agricultores familiares devido à falta de capital para investimento tanto em estrutura física, quanto em conhecimento para melhorar quali-quantitativamente a produção.

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil antes, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e até mesmo o termo camponês apareceu algumas vezes. No entanto, dizer que estas são as características essenciais atuais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em todos os países capitalistas.

Para ressaltar a nova realidade e a importância da agricultura familiar brasileira a FAO em parceria com o INCRA realizaram estudo publicado em 2000, a partir do Censo Agropecuário de 1995, apresentando os seguintes dados:

- O total de estabelecimentos agropecuários no país é de 4.859.864, sendo que 4.139.369 pertenciam ao sistema de produção comandado pela agricultura familiar, o que representa 85% do total
- Nas regiões Sul, Nordeste e Norte brasileira há um predomínio absoluto desses tipos de propriedades em relação aos estabelecimentos patronais. Representando, respectivamente, 90,5%, 88,3% e 85,4% o total de cada região.

É possível verificar na Tabela 1 os dados descritos acima a respeito da quantidade de estabelecimentos familiares e sua participação percentual em relação ao total de estabelecimentos agropecuários em todas as grandes regiões nacionais. Observa-se também a proporção da área ocupada pela agricultura familiar e o percentual sobre o total das terras de cada região. Nela, além de conter os dados das regiões Sul, Nordeste e Norte, ainda traz as porcentagens das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

Tabela 1 - Nº de estabelecimentos familiares, áreas e participação sobre o total por região

Região	Estabelecimento		Área (em há)	
	Total	%	Total	%
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5

Fonte: FAO/INCRA – Censos Agropecuários 1995/96

Neste estudo estimou-se também que a participação percentual dos estabelecimentos familiares de cada região no total do país, em primeiro lugar, destacou-se a região Nordeste. Respondendo na época por quase 50% de todos os estabelecimentos familiares do país. Logo após aparece a região Sul com 21,9% e em último lugar a Centro-Oeste com apenas 3,9%.

O Censo Agropecuário de 2006 apresentou ainda outros resultados significativos a respeito da agricultura familiar. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos pertencentes a este grupo, representando aproximadamente 88% do total de propriedades rurais do país, com o equivalente a 80,25 milhões de hectares, ou seja, apenas 24,3% das áreas agropecuárias brasileiras. Já os estabelecimentos não familiares representavam somente 16% do total, mas exibem um quadro significativo, correspondendo a 75,7% da sua área.

A Tabela 2 que segue, a partir do Censo Agropecuário de 2006, prova que houve um crescimento da participação da agricultura familiar na totalidade dos estabelecimentos brasileiros. Além disso, apresenta também um crescimento relativo da área ocupada por estabelecimentos familiares no Brasil. A porcentagem referente aos estabelecimentos familiares brasileiros em 1995 era cerca de 85% conforme apresentado na Tabela 1, passando para 88% em 2006 de acordo com a Tabela 2. A área em 1995 representava aproximadamente 31% do total nacional, havendo um aumento pequeno ao longo de dez anos, passando para 32% em 2006.

Tabela 2 - Participação da Agricultura Familiar (AF) no total dos estabelecimentos e da área brasileira

Região	Estabelecimento	Área
	AF/Total (%)	AF/Total (%)
Nordeste	93	47
Centro-Oeste	75	14
Norte	90	42
Sudeste	77	29
Sul	89	43
Brasil	88	32

Fonte: FAO/INCRA – Censo Agropecuário 2006

Continuando com as análises e os dados do Censo Agropecuário de 2006, existem cerca de 4,4 milhões de unidades familiares produtivas em território nacional, sendo que o Nordeste brasileiro detém a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar do país. São 2.187.295 propriedades e 28,3 milhões de hectares da área,

segundo a Lei da Agricultura Familiar. Dos dez estados brasileiros com maior concentração em termos de número de estabelecimentos de agricultura familiar, cinco são nordestinos, com destaque para Bahia, em primeiro lugar e o Ceará, em quarto. Logo abaixo aparecem Pernambuco, Maranhão e Piauí em sexto, sétimo e oitavo lugares, respectivamente.

Dentre os estados do Brasil com maior número de estabelecimentos familiares destacam-se a Bahia, Minas Gerais Rio Grande do Sul e Ceará. Equivalendo, respectivamente, a 665.831 unidades, ou 15,2% do total; 437.415, ou 10,0% do total; 378.546, ou 8,7% do total e 341.510, ou 7,8% do total. A Bahia fica em primeiro lugar também na categoria de maior área média de estabelecimentos familiares, com uma média de 9.955.563 ha; Minas Gerais vem em segunda posição com 8.845.883 ha e o Pará com 6.909.156 há na terceira colocação.

Apesar das melhores colocações nas categorias acima, em termos de área média, a região Nordeste enfrenta uma triste realidade. Apresenta média de 13 hectares por estabelecimento familiar. A Bahia se apresenta no terceiro lugar em área média do Nordeste - 15 ha, mesmo sendo o primeiro de todo o Brasil em número de estabelecimentos, é superada pelo Maranhão e Piauí em área média, ambos com mais de 17 ha/estabelecimento.

Ainda segundo o último Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar corresponde a aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária do país. Para se alcançar este tamanho percentual, em média 13,8 milhões de brasileiros trabalham em estabelecimentos familiares, de acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar.

Tabela 3 - Percentual do Valor Bruto de Produção (VBP) da AF sobre o total

Região	VBP AF/Total (%)	
	1995/96	2006
Nordeste	43	52
Centro-Oeste	16	17
Norte	58	69
Sudeste	24	24
Sul	57	58
Brasil	38	40

Fonte: FAO/INCRA – Censos Agropecuários 1995/96 e 2006

A Tabela 3, acima, apresenta o percentual do valor bruto de produção da agricultura familiar sobre o total brasileiro utilizando dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. É possível verificar que houve um acréscimo de 02 (dois) pontos percentuais de um censo para o outro, passando de 38% em 1995 para 40% em 2006, no geral brasileiro. O valor bruto de produção do Nordeste foi um dos que mais cresceu, obtendo 09 (nove) pontos percentuais a mais no período compreendido, sendo que a região Norte se apresentou em primeiro lugar com 11 pontos.

Enquanto a agricultura familiar gera R\$ 677,00 por hectare, a não familiar gera apenas R\$ 358,00 por hectare. Também na ocupação da mão de obra, a agricultura familiar é mais intensiva: ocupa mais de 15 pessoas por 100 ha, enquanto que a não familiar ocupa menos de duas pessoas por 100 ha. Essa quantidade de mão de obra ocupada pelo setor é diversas vezes caracterizada pela junção de atividades agrícolas com as não agrícolas dentro das fazendas, garantindo benefícios como aumento da renda das famílias e fixação do homem no campo, entre outras coisas.

Por meio da fixação do homem no campo e as novas dinâmicas que isso representa que se insere o contexto do novo rural brasileiro, discutido por Silva (1996), quando apresenta os pontos centrais a respeito da discussão do novo retrato da agricultura nacional, tratada a seguir.

2.1 Agricultura familiar e o novo rural brasileiro

A agricultura familiar é responsável pela grande maioria das ocupações no meio rural, uma média de 13 milhões de brasileiros trabalham nesses estabelecimentos, ultrapassando a quantidade de pessoas que trabalham nos postos do agronegócio. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, ela gera mais de 80% da ocupação rural e se responsabiliza por 07 (sete) de cada 10 empregos no campo do país.

Fica ainda mais visível a importância desse sistema de produção ao se analisar a quantidade de mão de obra ocupada nestes estabelecimentos. Este fator estimula a família dos agricultores a permanecerem na atividade, minimizando os efeitos negativos na economia local decorrentes do possível êxodo rural ocasionado pela busca de oportunidades melhores no meio urbano. Garantindo o papel de principal geradora de ocupações de trabalho no meio rural, a agricultura familiar traça novas características nesses produtores. Agora em busca de incremento da renda, ao invés de migrar para as cidades, o homem do campo agrega outras atividades não necessariamente agrícolas em suas funções.

Quando a terra do agricultor passa a ser mais do que local de plantio e agrega funções como local de lazer, descanso e de refúgio ao stress da vida movimentada dos grandes centros urbanos, o tratamento com a terra se modifica. Neste contexto, algumas medidas mais sustentáveis são também utilizadas por ele. A realidade das décadas passadas, baseada na utilização da modernização da agricultura visando o crescimento econômico, neste momento busca também atender às novas demandas por produtos mais saudáveis, incorporando medidas socioambientais ao sistema de produção.

A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivo, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Práticas como plantio de novas florestas e espécies de plantas, conservação de solo, da água, agricultura orgânica são acrescentadas ao cotidiano das famílias agricultoras.

Desse modo abre-se espaço para atividades características da junção do espaço rural com o urbano, denominado de novo rural como, por exemplo, hotel fazenda, em que as pessoas buscam o campo para descansarem da realidade das cidades, vão em busca de ar mais puro, da beleza relaxante das fazendas e da calma que este ambiente proporciona.

2.1.1 O Novo Rural Brasileiro

Com a chegada do século XXI, que trouxe consigo a modernização e mecanização da agricultura ficou cada vez mais difícil delimitar e separar totalmente o que é rural do que é urbano. Hoje se pode dizer que o rural é percebido como um “*continuum*” do urbano, ou seja, há uma continuidade entre os dois ambientes, não havendo mais como diferenciá-los em sua totalidade. A divisão espacial e econômica existente entre os dois espaços já não são tão aparentes quanto antes.

As mudanças ocorridas na agricultura brasileira em meados dos anos de 1970 e 1980 eram aparentemente similares as que aconteceram nos países mais avançados. Os anos 1970, foram caracterizados pelo processo de modernização e mecanização da agricultura, bem como a utilização de sementes selecionadas e de insumos químicos. Já na década de 1980, este processo de modernização foi responsável pela integração da agricultura com os capitais industriais, dando origem aos complexos agroindustriais. Estes processos ocorridos durante as décadas de 70 e 80 eram considerados necessários para o desenvolvimento do país e não poderiam ser freados, da mesma forma que aconteceu em outros lugares do mundo, pois provocaria um atraso tecnológico no setor agropecuário, trazendo consequências maléficas ao próprio processo de desenvolvimento econômico.

Seus efeitos de modernização produtiva se tornaram mais visíveis e sentidos na década de 1990, onde houve uma redução relativa do emprego rural agrícola, já que a mão de obra foi aos poucos sendo substituídas pela mecanização. Um fenômeno que emerge, justamente nesse período, dando um suporte a sustentabilidade das atividades dentro dos espaços rurais são as atividades não agrícolas. Nessa perspectiva, as atividades antes consideradas como hobbies começam a assumir importância econômica no cenário da agricultura familiar. Este fenômeno é conhecido como Novo Rural brasileiro.

A luz da teoria de Silva (1996), no novo mundo rural onde a mecanização substitui uma parte da mão de obra no campo os agricultores em tempo parcial vêm se estabelecendo. O *part-time farmer* não é mais somente um agricultor ou um pecuarista, ele combina essas atividades com outras funções não agrícolas. Em resumo, o part-time é um trabalhador que combina diversas formas de trabalho: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

Para Silva (1996), o novo rural brasileiro consegue ao mesmo tempo evitar o êxodo rural e aumentar a renda dos agricultores, sobretudo os provenientes da agricultura familiar que ainda não dispuseram de capital suficiente para adentrar nesse processo de modernização da agricultura. A saber:

[...] a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda (SILVA, 1999, p. 26).

Dentro dessa lógica, o espaço rural brasileiro não é resumido somente como espaço agrícola, pois as atividades outrora consideradas como sendo do meio urbano começam adentrar na dinâmica rural. Assim, são recorrentes as atividades relacionadas ao turismo, lazer, criação de animais e plantas exóticas, entre outros serviços rurais não diretamente voltadas para o plantio e criação de animais. Neste sentido, nem do ponto de vista espacial, nem econômico, os campos não podem mais ser entendidos somente como atividades de cunho agrícola e pecuário.

Apesar do ritmo avançado do processo de modernização da agricultura brasileira, isso não se espalhou de forma homogênea em todo o espaço rural. Ao contrário, o quadro atual é de desequilíbrios regionais e inter-regionais, sendo persistente a desigualdade de desenvolvimento geográfico, em termos de produção, de tecnologia e, principalmente, de qualidade de vida.

Silva (1996), ainda destaca a presença de pelo menos dois modelos do novo rural, principalmente no território baiano: um denominado de “novo rural desenvolvido” e outro “novo rural atrasado”. Dentre as características mais expressivas do espaço rural da Bahia está a sua forte heterogeneidade, já que as diferenças entre suas regiões são muito grandes, por isso cabe dentro do mesmo estado esses dois tipos de novo rural.

Algumas mudanças vêm ocorrendo no espaço rural baiano e redesenhando parte do seu cenário. Por um lado, tem-se o crescimento de atividades agropecuárias modernas intimamente ligadas às agroindústrias e o surgimento de novos produtos; por outro, há um crescimento de atividades não agropecuárias, deste modo, o rural passa a ser maior que o setor agropecuário. Essas mudanças caracterizam o chamado novo rural desenvolvido.

Entretanto, de maneira marcante, persiste no estado um rural atrasado, com muitos problemas econômicos e sociais. O lado atrasado do rural persiste pela vulnerabilidade de ampla gama da população, identificada com o grupo social denominado de "*sem-sem*" por Silva (2001), que seria formado pelos excluídos e desorganizados que, além de não terem terra, emprego, educação, saúde e renda, não tem sequer uma organização social que os mobilizasse.

É nesse contexto, de novo rural atrasado, que os produtores de mandioca da Bahia se encaixam. Sabendo que o território baiano é vasto e heterogêneo é possível encontrar agricultores dentro desse perfil. Muitos continuam ainda trabalhando de forma isolada, sem muitas perspectivas de melhora, contando com a sorte de conseguirem uma colheita para pelo menos se manterem. Porém, existem aqueles que se organizaram em forma de cooperativa, onde a união promove ganhos consideráveis para todos, se valendo de certa modernização e maquinário para desenvolverem sua produção, é o caso dos mandiocultores do sudoeste da Bahia associados à COOPASUB, que produzem este alimento visando abastecer o mercado interno de raízes de mandioca para beneficiamento dentro do complexo industrial da cooperativa.

Como acontece com a maioria dos alimentos que abastecem a mesa do consumidor interno brasileiro, são adquiridos através da produção proveniente da agricultura familiar, como se pode observar na sequência.

2.2 Agricultura familiar e abastecimento de alimentos

Segundo estudo realizado pelo FAO/INCRA baseado no Censo Agropecuário nacional, a agricultura familiar se consolidou na última década como maior responsável pela garantia da segurança alimentar do país, principalmente em relação a produtos de consumo no mercado interno.

Atualmente a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem dessas propriedades. Em média 40% da produção agrícola nacional é de responsabilidade dos agricultores familiares. A eficiência produtiva e econômica da agricultura familiar é, nos resultados finais, superior ao do agronegócio. Os dados apresentados no estudo, afirmam que em 2009 cerca de 60% dos alimentos que

compuseram a cesta alimentar distribuída pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) originaram-se da agricultura familiar.

A Tabela 4 apresenta uma comparação entre o modelo patronal de produção e a agricultura familiar, a respeito da produção de alguns alimentos. Nela é possível notar a grande disparidade percentual na produção de mandioca nos dois modelos, enquanto os estabelecimentos não familiares correspondem a somente 13% do total da produção, a agricultura familiar representa o equivalente a 87% desse todo. Logo após se apresenta o feijão como o segundo produto mais desproporcional na produção, sendo que 70% é produzido pela agricultura familiar e 30% pelo modelo patronal. Em último lugar se encontra a soja onde a realidade é diferente, neste produto especificamente o modelo de produção familiar não se destaca, apenas 16% é produzido por esses estabelecimentos, cabendo 84% para o modo patronal.

Tabela 4 - Comparação da participação da AF e patronal na produção de alguns alimentos

Cultura	Porcentagem (%)	
	AF	Patronal
Mandioca	87	13
Feijão	70	30
Milho	46	54
Café	38	62
Arroz	34	66
Trigo	21	79
Soja	16	84

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Essa grande produção de alimentos tem destino certo, abastece o consumo interno do país chegando a cerca de 60% dos lares brasileiros, alguns entram também na pauta de exportação, e, além disso, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante a alimentação escolar dos alunos da educação básica em

escolas públicas e filantrópicas. Obrigatoriamente no mínimo 30% dos recursos públicos para compra de alimentação são destinados à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar através de chamadas públicas de compra. A aquisição de alimentos deve levar em consideração a produção local, a sazonalidade e conter alimentos que respeitem hábitos alimentares saudáveis.

Um dos alimentos presentes na merenda escolar nordestina é a mandioca, que além de ser um alimento saudável e suprir algumas necessidades nutricionais das crianças, também encontra nessa região condições edafoclimáticas favoráveis para o cultivo. Essa produção contribui com o aumento da renda da população do Nordeste, visto que sua produção é feita em grande escala pela prática da agricultura familiar e parte de sua produção é vendida para essa finalidade. Nesse sentido houve a necessidade de se estudar, a seguir, mais profundamente o contexto da cultura da mandioca, tanto nacional, quanto especificamente na região Nordeste, sobretudo na Bahia.

2.3 Mandiocultura brasileira e o diagnóstico baiano

Mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) macaxeira, aipim, pão do Brasil, pau de farinha, seja qual for o seu nome, simplesmente a mandioca é reconhecida como a base de alimentação da maioria da população mundial. Podendo ser cultivada em pequenas ou grandes faixas de terra, esta cultura envolve os produtores rurais em suas atividades, sendo fonte geradora de emprego e renda.

Com base nos dados da FAO, a produção mundial de mandioca continua com um ritmo de crescimento expressivo, passando de 99,1 milhões de toneladas em 1970 para 233,8 milhões de toneladas em 2009. A participação brasileira na produção mundial, que já atingiu 30%, atualmente se situa em média de 11%. Este diferencial é atribuído pela redução da produção, mas principalmente pelo forte avanço de plantios em outros países com destaque principalmente para a Nigéria. O Brasil hoje ocupa o segundo lugar no ranking mundial, com 26 milhões de toneladas, dentre os principais países produtores de mandioca. Sabendo que, em meados da década de 1970, alcançou seu recorde nacional de produção com 30 milhões de toneladas.

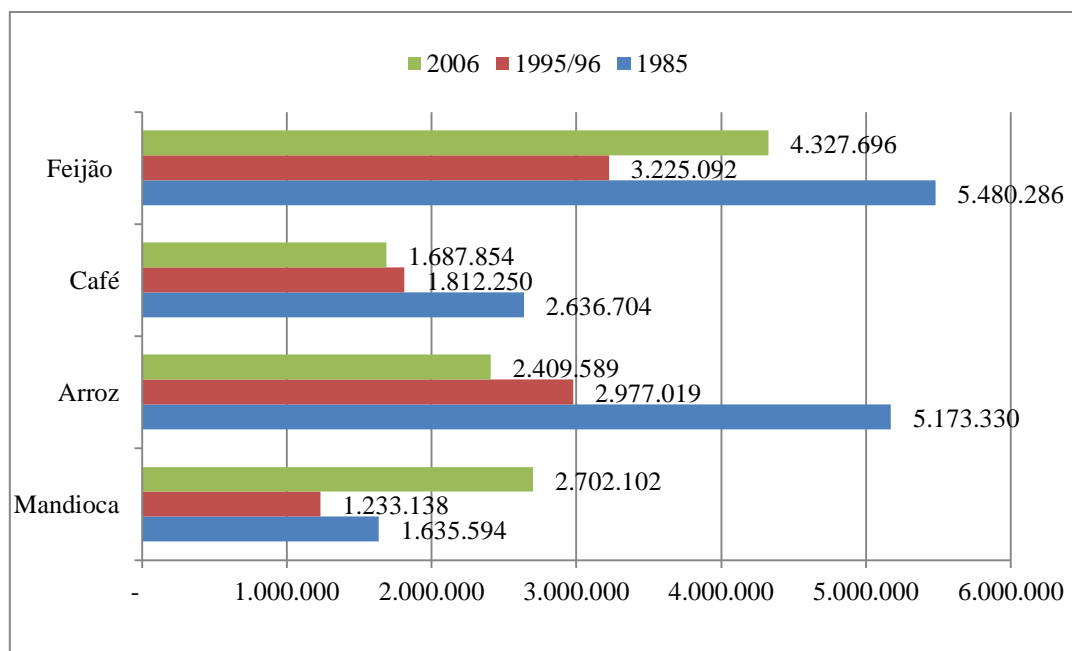
O Censo Agropecuário de 2006 destaca a participação percentual da agricultura familiar em algumas culturas em cadeia nacional: 70% da produção de feijão, 46% do

milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, entre outros itens, conforme citado anteriormente. O resultado que mais chamou atenção foi o referente a mandiocultura, representando 87% da produção nacional.

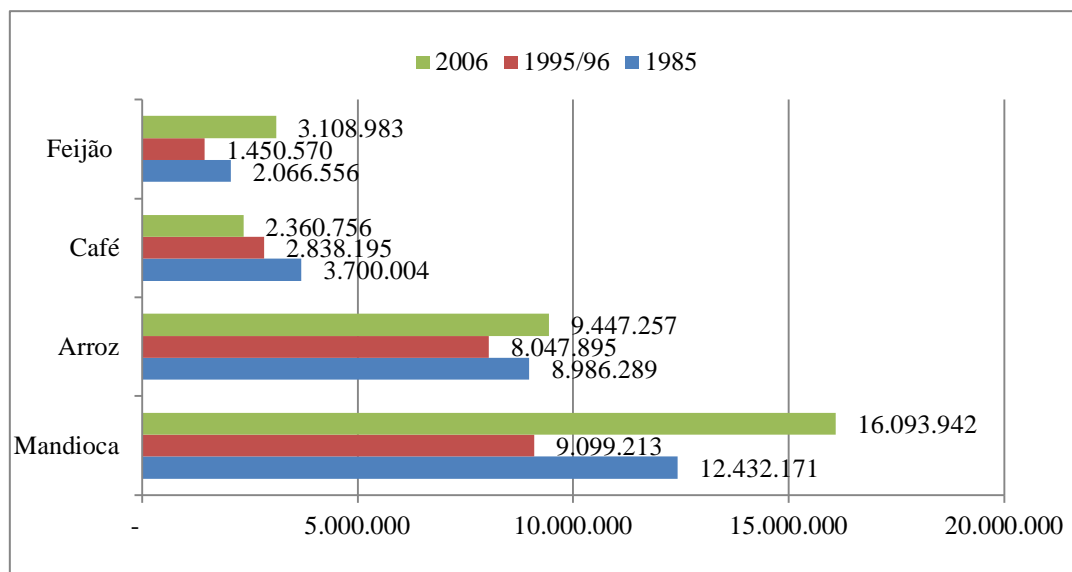
Para dimensionar esta importante participação da mandiocultura brasileira da agricultura familiar é fundamental avaliar a evolução da área destinada e a quantidade colhida deste produto. Para tanto, os Gráficos 1 e 2 que seguem apresentam os dados colhidos dos Censos Agropecuários de 1985 até 2006 sobre essa produção e apresenta ainda os resultados referentes às culturas do feijão, arroz, milho e café.

A área cultivada com mandioca cresceu, passando de 1.635.594 hectares em 1985, para 2.702.102 hectares em 2006. Porém, mais expressivo do que o incremento de novas áreas cultivadas, é o aumento da quantidade colhida que também aumentou. Em 1985 a quantidade em toneladas colhida foi de 12.432.171, alcançando o total de 16.093.942 toneladas segundo o Censo Agropecuário de 2006.

Gráfico 1 - Área (ha) dos produtos selecionados



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1985, 1995/96, 2006). Adaptado pelo autor

Gráfico 2 - Quantidade colhida (t) dos produtos selecionados

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1985, 1995/96, 2006). Adaptado pelo autor

Com presença em todo o território brasileiro, a cultura da mandioca é explorada em duas modalidades, os cultivos destinados à subsistência ou consumo animal e as lavouras comerciais com grandes extensões, cujo consumo principal são as fecularias ou as farinheiras. Suas raízes são utilizadas para diversos fins. Na alimentação humana, devido ao elevado potencial de produção de carboidratos. Na alimentação animal, como fonte de alimento energético. E no setor industrial, onde a fécula extraída de suas raízes tuberosas e utilizada no setor de alimentos e outros produtos industriais.

A região Nordeste cuja mão de obra é essencialmente familiar e predominam as lavouras pequenas, constitui-se na maior produtora de mandioca nacional, representando cerca de 33% dessa produção. Seus principais produtores são a Bahia, Maranhão e Ceará. A Bahia tem a maior área plantada, em torno de 335 mil hectares. O estado ocupa a segunda posição na atividade produtiva com 4,2 milhões de toneladas/ano e produtividade média de 12 toneladas por hectare. A produção baiana de mandioca ganha destaque no ranking nacional das 10 maiores cidades produtoras, cabendo ao município de Cândido Sales a segunda colocação em 2005, perdendo somente para Acará, conforme Tabela 5, que segue.

Tabela 5 - Dez maiores cidades brasileiras produtoras de mandioca

Município	Estado	Produção (t)
Acará	Pará	720.000
Cândido Sales	Bahia	299.000
Ipixuna do Pará	Pará	288.000
Aurora do Pará	Pará	224.400
Manicoré	Amazonas	157.696
Santarém	Pará	150.000
Lagarto	Sergipe	148.200
Itaituba	Pará	147.000
Tefé	Amazonas	146.900
Alenquer	Pará	130.000

Fonte: IBGE (2005). Adaptada pelo autor

O Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura, ao tabular dados disponibilizados pelo IBGE (2011), apresentou o seguinte resultado sobre a mandiocultura da Bahia:

- Na área colhida de 252.770 hectares, foram produzidos 2.966.230 toneladas de raízes da mandioca, isso significa um rendimento de 11,73 toneladas por hectare.

O Censo Agropecuário de 2006 trouxe ainda dados sobre a participação da agricultura familiar na produção de produtos por estado do Brasil. Cabendo a cultura da mandioca na Bahia a produção de 91% do total do estado. A Tabela 6 apresenta esse valor e a quantidade de unidades de agricultura familiar baiana para a mandiocultura e outros produtos agropecuários.

Tabela 6 - Participação da agricultura familiar baiana nos produtos selecionados

Produto	Nº Estabelecimentos	% Produção
Mandioca	126.324	91%
Arroz	4.672	41%
Café	28.406	22%
Feijão	225.798	83%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Adaptada pelo autor

É importante destacar que Vitória da Conquista contribui para alcançar essa marca de 91% da produção da mandioca referente a agricultura familiar. A cultura da mandioca apresenta produtividade média no município de 13 toneladas por hectare. A produção de mandioca teve seu ápice em Vitória da Conquista em 2004, quando, segundo o IBGE, houve uma produção de 26.340 toneladas para um faturamento de mais de R\$ 5 milhões. Dois anos depois houve uma queda para 10.080 toneladas para um faturamento de R\$ 958 mil. Em 2008, houve uma reação na produção de 13.440 toneladas com um faturamento de R\$ 1,2 milhões. Já em 2010 houve a pior produção com apenas 4.000 toneladas para um faturamento de R\$ 560 mil. Isso fez com muitos produtores abandonassem o cultivo de mandioca, visto que também houve uma invasão da fécula de mandioca vinda do Paraná com um preço muito menor do que a produzida no Sudoeste da Bahia.

Por ser a maior cidade da região Sudoeste da Bahia, coube a Conquista a implantação da sede da COOPASUB, com o intuito de centralizar a produção dessa localidade do estado, beneficiar em seu complexo industrial 100 toneladas por dia de raízes de mandioca, transformá-las em fécula e comercializar o produto final dentro e fora da Bahia. Deste modo, o Assentamento Cipó contribui com parte da produção de mandioca nessa região, havendo necessidade de estudar sua dinâmica, física e estrutural, a fim de estabelecer conexões com as práticas de agricultura familiar e do cooperativismo.

CAPÍTULO 3 CONTRASTES ENTRE A TEORIA COOPERATIVISTA E A PRÁTICA DOS COOPERADOS NO ASSENTAMENTO CIPÓ

3.1 Metodologia

Ao identificar que a produção de mais de 90% do total da mandiocultura na Bahia é realizada por grupos familiares, é necessário traçar o perfil dessas famílias que contribuem para essa porcentagem tão significativa, sobretudo àquelas que produzem de modo cooperado na cidade de Vitória da Conquista. Para tanto foi necessária coleta de dados primários, a partir de aplicação de questionário junto aos associados à Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia (COOPASUB) que residem no Assentamento Cipó em Vitória da Conquista - BA, no dia 06 de junho de 2013, abrangendo o universo total de 22 mandiocultores cooperados na localidade.

O questionário conta com 16 questões, divididas em 05 (cinco) blocos: dados pessoais; dados da mandiocultura; dados de outros cultivos; renda não agrícola; e nível de satisfação com a cooperativa. A pesquisa realizada traz uma breve descrição da produção de mandioca realizada nessas terras, relacionando com a renda de cada agricultor vinda dessa atividade, a fim de exibir os ganhos financeiros advindos através da associação com a cooperativa. Finalizando a coleta de informações expô-se o nível de satisfação que o cooperado tem em relação à COOPASUB e possíveis modificações que os mesmos sugeriram para se obter contentamento pleno com a cooperativa. Deste modo foi possível coletar dados mais precisos a respeito da relação da cooperativa com esses cooperados, traçando, portanto um perfil mais claro desses produtores.

3.2 Apresentação da COOPASUB

A cidade de Vitória da Conquista é a sede da COOPASUB, cooperativa do Sudoeste da Bahia criada com o objetivo de melhorar as condições de vida e renda dos cooperados por meio da implantação de práticas cooperativista como minimização de custos de produção, por exemplo, além de diminuição da exclusão social e agregação de conhecimento técnico aos seus associados. Reúne a produção de alguns produtos

alimentícios como mandioca – seu principal produto - banana, mel, entre outros em menor escala, além de produção de mudas de árvores nativas, frutíferas e em extinção para minimizar os efeitos de desertificação no estado. A Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia conta com cerca de 1.800 agricultores associados e devido a esse número grande de cooperados na região que, em 26 de setembro de 2011, foi instalado na cidade o Complexo Industrial da COOPASUB, com capacidade de processamento total de 100 toneladas por dia de raízes de mandioca para serem transformadas em fécula e comercializadas dentro e fora do estado.

Para que o projeto do complexo saísse do papel e começasse a ser construído, a COOPASUB recebeu investimento de aproximadamente R\$ 12 milhões. A Fundação Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e a Petrobrás são alguns dos parceiros investidores. Esse valor foi separado de acordo com a necessidade de cada etapa, parte dele foi destinado a compra de equipamentos, a instalação de casas de farinha, ao apoio à gestão com capacitações e estações digitais para oferta de cursos de informática para minimizar os efeitos da exclusão digital dos cooperados e suas famílias. Desse valor, a Fundação BB e o BNDES investiram R\$ 5,6 milhões na construção da estrutura física do complexo que está localizada na BR 116 no Povoado Corta Lote, situado na cidade de Vitória da Conquista - Ba.

A COOPASUB conta com quase 02 (dois) mil associados atualmente produzindo os diversos produtos comercializados pelos cooperados, banana, mel, manga, laranja estão dentro dessa pauta. Esses agricultores estão espalhados em alguns municípios diferentes da região. Vitória da Conquista e Cândido Sales são os principais municípios produtores. Porém, Condeúba, Anagé, Barra do Choça, Poções, Ribeirão do Largo, Bom Jesus da Serra são mais algumas localidades que os esses associados residem.

Apesar de morarem em localidades diferentes, o perfil dos cooperados é bem parecido. São produtores, na grande maioria, do sexo masculino, com idade entre 50 e 70 anos, sem muito conhecimento acadêmico, tendo concluído somente o ensino fundamental e poucos deles chegaram a frequentar o ensino médio. Além desses aspectos, outra característica similar e de extrema importância entre eles é a renda mensal, que não ultrapassa em reais 03 (três) salários mínimos.

Apesar dessas características gerais semelhantes, a realidade de cada família se diferencia em alguns aspectos, como por exemplo, a quantidade produzida, quais outras culturas são cultivadas, a presença ou não de atividades não agrícolas. Por este motivo os dados apresentados a seguir, colhidos a partir de aplicação de questionário no Assentamento Cipó, distrito pertencente à cidade de Vitória da Conquista, mostram o retrato desses produtores. Começando pela caracterização física da localidade escolhida.

3.3 Descrição do Assentamento Cipó

Afastado do centro de Vitória da Conquista aproximadamente 70 km, o Assentamento Cipó nasceu da luta de alguns moradores sem terra na busca por melhores condições de vida. Esse movimento foi o marco inicial para que a prefeitura da cidade os visse como moradores pertencentes ao município, já que ele está mais próximo da cidade de Cândido Sales, e buscasse formas políticas de garantir direitos básicos para essas pessoas. Com uma população média de 200 assentados, Cipó é uma comunidade formada por aproximadamente 40 famílias, sabendo que desse total, conforme pesquisa de campo, 22 delas fazem parte do quadro de associados a COOPASUB.

Com difícil acesso, a única forma de se chegar a localidade é percorrendo 35 km em estrada de chão sem asfalto, com muito desnível, mal sinalizada e em certo ponto perigosa, segundo relata moradora do Assentamento. Acrescentando ainda que “a única placa que indica o caminho até a gente é aquela já na entrada”, como mostra a Fotografia 1 a seguir.

Fotografia 1 – Entrada do Assentamento Cipó



Fonte: Dados da pesquisa realizada

Devido a esses obstáculos de infraestrutura rodoviária, a distância considerável da cidade e a falta de transporte que faça esse percurso, para suprir o abastecimento de alimentos que garantem a sobrevivência das pessoas, é preciso plantar a maior parte dos consumíveis para subsistência, como milho, feijão, hortaliças em geral e algumas frutas. Já o fornecimento de água é garantido através da implantação do projeto do governo em parceria com a EMBASA que leva água para os lares do assentamento. A energia elétrica é fornecida pela Coelba, atendendo às especificações do mesmo projeto do governo que oficializou a criação do Assentamento Cipó como pertencente ao município de Vitória da Conquista, garantindo moradia, água e luz para os moradores.

As casas são humildes, pequenas para a quantidade de moradores, em média 05 (cinco) pessoas por cada uma, sem acabamento na grande maioria, com pouco conforto, separadas por cerca de madeira e arame farpado. Porém, segundo relato do representante de Cipó, apesar da aparência dos lares a situação atual é melhor comparativamente com o tempo de sem terra em que eles moravam em barracos de lona. A Fotografia 2 retrata as condições físicas das áreas externas das casas dos assentados.

Fotografia 2 – Área externa da casa



Fonte: Dados da pesquisa realizada

Todas as propriedades estão próximas umas as outras, ao redor de um grande campo onde a brincadeira das crianças divide espaço com as poucas cabeças de gado e algumas aves que têm os moradores.

O Assentamento Cipó conta com uma casa de farinha comunitária criada pelos próprios moradores, ainda com maquinário rudimentar e manual, onde todos da comunidade beneficiam suas raízes de mandioca para transformá-las em farinha para consumo e comercialização. Há também uma segunda casa de farinha, implantada pela COOPASUB, com máquinas mais modernas que necessitam de pouco esforço humano para seu funcionamento, porém ainda não está sendo utilizada, desde 2007 quando foi construída, encontrando-se com as portas fechadas para uso durante esse período. A Fotografia 3 mostra as características internas da casa de farinha comunitária, com suas instalações precárias.

Fotografia 3 – Casa de Farinha



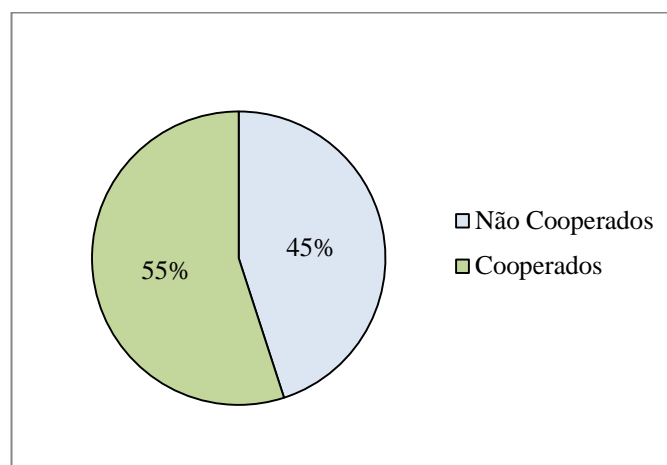
Fonte: Dados da pesquisa realizada

É da casa de farinha que vem a maior parte da renda dos moradores, por isso, mesmo com toda a dificuldade em beneficiar manualmente a mandioca, os assentados não deixam de trabalhar nesse local com estrutura precária. Devido, também, pelo nível de escolaridade que os mesmos têm, com pouca instrução técnica a dificuldade de adquirir um emprego formal, longe da dinâmica agrícola, é muito alta. Das famílias entrevistadas, a maioria são do sexo masculino, semialfabetizados, com média de 50 anos.

3.4 Caracterização dos cooperados

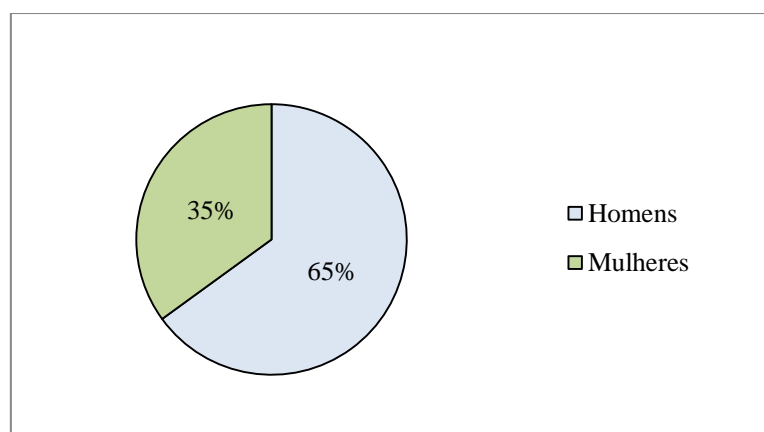
Do total de 40 famílias que residem no Assentamento Cipó há 22 que se associaram à COOPASUB. Esses cooperados são na grande maioria homens, com idade entre 40 e 65 anos, que não frequentaram a escola na infância, apresentando um perfil de semialfabetização.

Conforme os dados tabulados a partir do questionário aplicado com essas famílias, foram montados os gráficos abaixo com as porcentagens referentes ao número de cooperados na localidade, à quantidade total de assentados, as características quanto à idades e ao sexo.

Gráfico 3 - % das famílias associadas a COOPASUB

Fonte: Dados da pesquisa realizada

O gráfico acima retrata que 55% das famílias dos assentados são associadas à COOPASUB, ou seja, mais da metade deles produzem mandioca dentro do modelo cooperativista de produção. Esse percentual ratifica a importância que é para o pequeno agricultor familiar se associar a alguma instituição que garanta benefícios básicos como aumento de renda, por exemplo, que faz com que as condições de vida do produtor e de suas famílias melhorem.

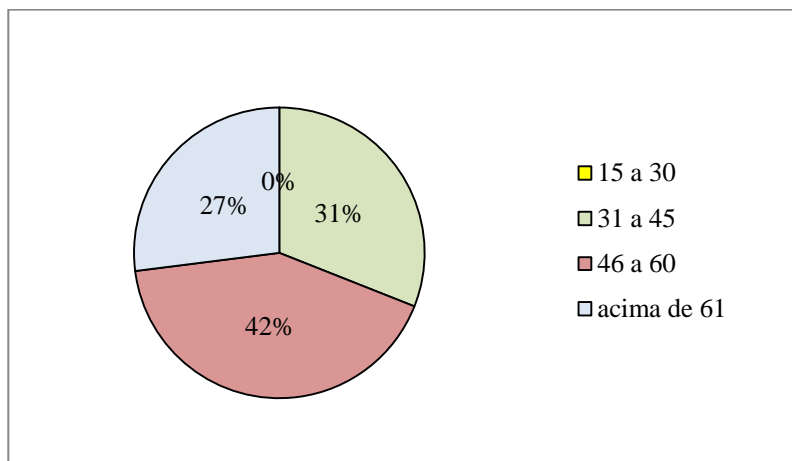
Gráfico 4 – Sexo dos cooperados (%)

Fonte: Dados da pesquisa realizada

Como a cultura intrínseca de que o homem representa o sustentador da casa, a quantidade de homens associados à cooperativa em relação às mulheres é maior. 65% dos cooperados entrevistados são do sexo masculino e somente 35% são do sexo feminino. Esse dado comprova que apesar do aspecto cultural, a necessidade de

sobrevivência faz com que as mulheres também produzam mandioca associadas à COOPASUB para garantirem maior renda nos lares.

Gráfico 5 - Idade dos cooperados (anos)



Fonte: Dados da pesquisa realizada

A faixa etária dos mandiocultores pode ser visualizada no Gráfico 5. De acordo com os resultados, 42% dos entrevistados se encontram na faixa etária de 46 a 60 anos, 31% estão entre 31 e 45 anos e 27% acima de 61 anos. Apesar das pessoas entrevistadas se declararem cansadas após tantos anos de dedicação, declararam que não podem parar de trabalhar com a única atividade que aprenderam até hoje, pois dificilmente encontrariam outro emprego. Além da idade, outro fator que dificulta a absorção no mercado de trabalho dos pesquisados se deve ao fato desses não disporem de uma qualificação aceitável. O quadro de escolaridade entre eles é bem parecido, são semi-alfabetizados, tendo aprendido ler e escrever com ajuda de professor que visitou a comunidade e em local improvisado ministrou aula para os alunos.

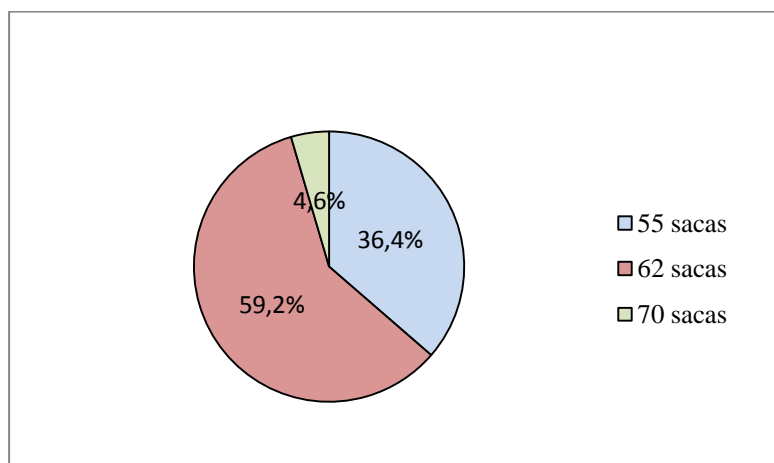
Com a falta de qualificação acadêmica, juntamente com a dificuldade de chegar à cidade e condição financeira baixa, ficou extremamente complicado para os assentados frequentarem à escola, o que acarretou grande impacto na vida dessas pessoas sem estudo. A possibilidade de trabalhar em outra atividade que não a agrícola se reduziu, e como a vivência desde a infância sempre foi nos campos, a prática do plantio cotidiano, passado de pai para filho, contribuiu ainda mais para a permanência no meio rural produzindo mandioca e comercializando esse produto.

3.5 Dados da produção e comercialização

Os entrevistados de modo geral cresceram em meio à mandiocultura, com conhecimentos a respeito do plantio, colheita e beneficiamento das raízes adquiridos no convívio diário com a atividade. Todavia, a falta de conhecimento teórico é um dos responsáveis pela falta de controle na produção, por esse motivo os dados a seguir são uma média aproximada dessa produção, comparativamente entre o período em que a COOPASUB ainda não existia e depois de sua instalação (que é o mesmo tempo em que os entrevistados são associados à cooperativa, quase oito anos).

Por terem espaços de terra pequenos, aproximadamente 02 (dois) hectares cada, que equivalem a 20.000 metros quadrados, a produção de cada família também segue essa linha de menor escala. A produção antes de entrarem na cooperativa, em 2005, girava em torno de 60 sacas de 50 kg por família no espaço de tempo de um ano, ou seja, 3.000 kg de mandioca anual, com alguns agricultores produzindo menos, cerca de 50 sacas, e outros um pouco mais, 70 sacas por ano. O gráfico que segue mostra esses dados em termos percentuais.

Gráfico 6 - Percentual da produção anual de mandioca dos cooperados antes da filiação a COOPASUB (sacas de 50kg)



Fonte: Dados da pesquisa realizada

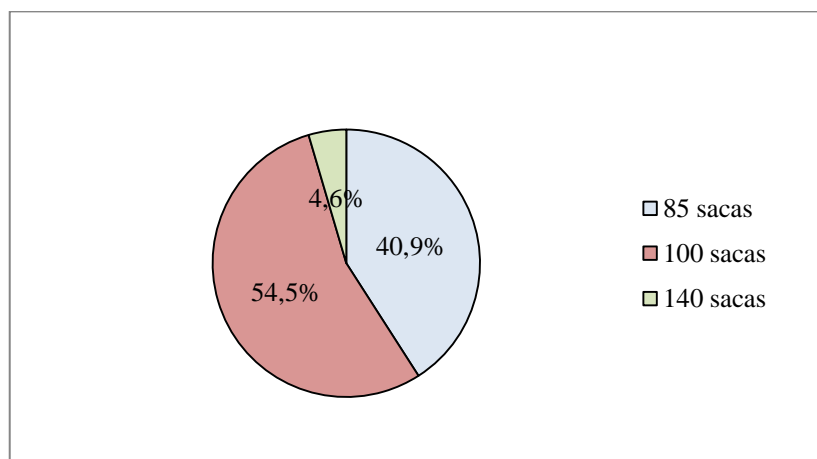
A coleta de dados demonstrou que quase 60% dos cooperados do Assentamento Cipó produziam cerca de 60 sacas de mandioca por ano, 36% deles produziam 55 sacas e apenas 4,6% produziam 70 sacas por ano antes da criação da cooperativa.

A realidade da produção se alterou com a especulação proporcionada pela implantação da COOPASUB e de seu complexo industrial. Sabendo que a quantidade

máxima de processamento de raízes de mandioca por dia pela instituição é de 100 toneladas, os cooperados investiram mais na produção, visando à garantia de venda para a cooperativa, portanto, o que significaria uma maior lucratividade para os mesmos.

A média de produção que era de 3.000 kg anual por família no Assentamento Cipó subiu para 5.000 kg no período compreendido entre 2006 a 2012, justamente por causa da criação da cooperativa e da expectativa de maiores ganhos se associando a ela. Isso representa uma média de 100 sacas por ano para cada cooperado, pelo menos 40 a mais do que era produzido até 2005.

Gráfico 7 - Percentual da produção anual de mandioca dos cooperados depois da filiação a COOPASUB (sacas de 50kg)



Fonte: Dados da pesquisa realizada

Segundo a pesquisa de campo realizada, a produção sofreu alterações positivas quanto à quantidade produzida depois que os entrevistados passaram a fazer parte do quadro de associados da instituição. Nesse contexto o percentual da produção por saca de 50 kg também se modificou, quase 55% deles aumentaram a produção para 100 sacas de mandioca por ano, 41% para 85 sacas e 4,6% para 140 sacas no ano. Esse aumento da produção influenciou diretamente na renda dessa população, pois o acréscimo de raízes produzidas gerou consequentemente um maior rendimento.

Aqueles agricultores que passaram a produzir 100 sacas por ano adquiriram uma renda mensal média de R\$ 660,00, pois o preço de venda, informado pelos entrevistados, hoje é de R\$ 80,00/saca e com perspectiva de subir para R\$ 120,00 na próxima colheita. Com essa mesma quantidade produzida, o salário era menor há 09 (nove) anos porque o preço da saca girava em torno de somente R\$ 35,00.

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2013), que faz levantamento de preços de mercado de artigos agrícolas no território nacional, o preço das raízes de mandioca no estado da Bahia entre os anos de 2005 (período anterior a instalação da COOPASUB) e 2013 teve um acréscimo de aproximadamente 195%. No entanto, a porcentagem de crescimento do preço de venda no Assentamento Cipó está abaixo desse valor, tendo aumentado uma média de 125% na mesma temporada.

Essa diferença percentual na variação histórica do preço da mandioca na Bahia e no Assentamento representa, entre outras coisas, a não atuação efetiva da COOPASUB na manutenção do preço estabelecido. Isso porque nem mesmo a presença da instituição na cidade de Vitória da Conquista e a nova demanda gerada assegurou uma igualdade nos preços, permitindo que a oscilação permanecesse dentro da média do que foi presenciada no estado baiano.

A renda dos cooperados entrevistados é, basicamente, advinda dessa produção. O que significa dizer que o preço de venda somado com a quantidade física de produção de mandioca que dita a renda dos moradores do Assentamento Cipó.

3.6 Renda dos cooperados

O quadro financeiro dos moradores do Assentamento Cipó é bastante parecido, isso porque todos eles produzem quase a mesma quantidade e vendem pelo mesmo preço. O que diferencia a renda entre os cooperados é a atuação do governo por meio dos seus repasses, a aquisição do benefício mensal referente à Bolsa Família é um exemplo.

De modo geral, segundo o informado, os entrevistados têm proventos mensais na casa dos R\$ 736,00, somando as rendas agrícola com as não agrícolas, mas esse valor se altera para as famílias que têm capacidade de produção diferenciada e para aquelas que recebem um benefício maior do governo.

3.6.1 Renda agrícola

O panorama geral dos cooperados do Assentamento Cipó é bastante parecido, a idade, escolaridade, quantidade de produção são alguns fatores que tornam suas características similares. Com relação à renda, o quadro também é semelhante entre eles. Havendo para isso duas justificativas básicas, segundo levantamento de dados da pesquisa de campo: a maior produção atual por cada agricultor e a valorização que sofreu o preço da mandioca no decorrer de quase 10 anos.

Segundo a base de dados colhidos através de questionário aplicado, a quantidade aproximada de sacas de mandioca girava em torno de 60 sacas por ano, o que equivalia a uma renda mensal média nos anos antecedentes à instalação da cooperativa de aproximadamente R\$ 180,00, o que representava na época cerca de 60% do salário mínimo vigente de R\$ 300,00, em 2004. A Tabela 7, abaixo, apresenta esses valores também para os agricultores que produziam 55 e 70 sacas, representando um total de R\$ 160,42 e R\$ 204,17 respectivamente.

Tabela 7 - Produção de mandioca e renda (mensal), relacionadas com o salário mínimo em 2004

Sacas anual	Renda Mensal	% Salário Mínimo
55	R\$ 160,42	53%
62	R\$ 180,83	60%
70	R\$ 204,17	68%

Fonte: Dados da pesquisa realizada

A produção aumentou desde que os cooperados se associaram a COOPASUB por causa da expectativa de venda das raízes de mandioca *in natura* e do produto beneficiado produzido dentro das casas de farinha para a cooperativa. Passando a média geral de 62 sacas/ano para 100 sacas; de 55 sacas para 85; e de 70 sacas anuais para em torno de 140. No entanto, o que se observa é que o acréscimo da produção não fez os produtores venderem mais e nem diretamente para a instituição e sim para os atravessadores. A comercialização da quantidade a mais produzida passou a ser realizada fora da cooperativa, já que os pequenos agricultores não possuem mão de obra suficiente para a colheita das raízes e nem caminhões próprios para a levarem até a COOPASUB. Desse modo, os atravessadores ao comprarem a mandioca já colhem e levam em seus veículos para depois disso vender na cooperativa.

Apesar de a produção ter subido, os custos disso também acompanharam essa tendência. Em média um agricultor gasta na produção individual de 01 (um) hectare de mandioca R\$ 1.500,00, incluindo os gastos desde a preparação do solo até o frete para locomoção das raízes. Com a atuação dos atravessadores esse custo diminui, pois a colheita e o frete não são mais contabilizados pelos cooperados e sim por esses novos comerciantes, que compram a produção no pé e faz todo o trabalho restante de colheita, deslocamento e venda.

Esse quadro mostra uma realidade diferente daquela que a COOPASUB se propôs garantir. Segundo os princípios Rochadeleano, ao qual a cooperativa está inserida, vantagens como diminuição do custo de produção (desde o plantio até a venda final) e maximização dos resultados que fazem parte das funções primordiais de uma cooperativa agrícola. Porém o que se percebe é que essas vantagens não foram asseguradas pela instituição para esses cooperados.

A Tabela 8 apresenta numericamente o acréscimo da renda decorrente do aumento da produção de mandioca. Vale salientar que, apesar da expectativa de crescimento das vendas em decorrência da criação da COOPASUB, houve a atuação dos atravessadores que garantiu maior lucratividade e conseqüentemente renda mensal maior para os cooperados, segundo levantamento de dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 8 a seguir, que um agricultor do Assentamento Cipó com produção média de 100 sacas de raízes por ano, tem uma renda mensal de R\$ 666,67 advinda somente dessa atividade agrícola, o que equivale a R\$ 8.000,00 dentro de 12 meses, representando 98% do salário mínimo vigente.

Tabela 8 - Produção de mandioca e renda (mensal e anual), relacionadas com o salário mínimo em 2013

Sacas anual	Renda Anual	Renda Mensal	% Salário Mínimo
85	R\$ 6.800,00	R\$ 566,67	84%
100	R\$ 8.000,00	R\$ 666,67	98%
140	R\$ 11.200,00	R\$ 933,33	138%

Fonte: Dados da pesquisa realizada

De acordo com os resultados descritos, a renda agrícola desses cooperados por mês é próxima de 01 (um) salário mínimo corrente. Com uma pequena variação positiva

para o produtor com 140 sacas anuais que alcança uma média de R\$ 933,33/mês; e para quem produz menos, 85 sacas, essa renda equivale a R\$ 566,67/mês. Esses valores correspondem respectivamente a 138% e 84% do salário mensal de R\$ 678,00. Segundo os assentados, essa é a renda mais significativa do seu total mensal, porém, contam ainda com repasses do governo.

Outro ponto importante que reflete a renda dos entrevistados é a valorização do preço da mandioca no decorrer de quase 10 anos. Há 09 (nove) anos o preço pago pela saca de 50 kg de mandioca na região era de aproximadamente R\$ 35,00, alcançando a média de R\$ 80,00 na última safra, podendo chegar a R\$ 120,00 na colheita deste ano. Isso significa dizer que houve um acréscimo de 128,57% no valor desse produto. Essa valorização não foi necessariamente garantida devido à implantação da COOPASUB e seu complexo industrial. Entretanto, cabe afirmar que em relação ao salário mínimo do ano de 2004 quando o preço era mais baixo, o mínimo vigente em 2013 compra 8,48 sacas de mandioca, enquanto em 2004 se comprava 8,57 sacas. Ou seja, mesmo com a renda mais alta, hoje o produtor compraria menos sacas das raízes se comparar o preço x salário mínimo.

A Tabela 9 a seguir, apresenta essa comparação percentual da valorização do preço de venda da mandioca, entre os anos de 2004 e 2013 e o poder de compra dessa mercadoria com cada salário mínimo.

Tabela 9 - Valorização do preço da saca de mandioca em relação ao salário

Ano	Salário	Valor da saca	Saca/Salário
2004	R\$ 300,00	R\$ 35,00	11,67%
2013	R\$ 678,00	R\$ 80,00	11,80%

Fonte: Dados da pesquisa realizada

Após observação dos dados referentes à renda agrícola dos cooperados fica evidente que a causa do aumento ocorrido é ocasionado pela maior produção, que passou em linhas gerais de 60 para 100 sacas por ano, juntamente com a valorização da mandioca, que saiu de R\$ 35,00 até alcançar R\$ 80,00 a saca na localidade. Mas é a atuação dos atravessadores que garante aos entrevistados a venda do volume produzido e, conseqüentemente, ter uma renda agrícola próxima de R\$ 666,67/mês.

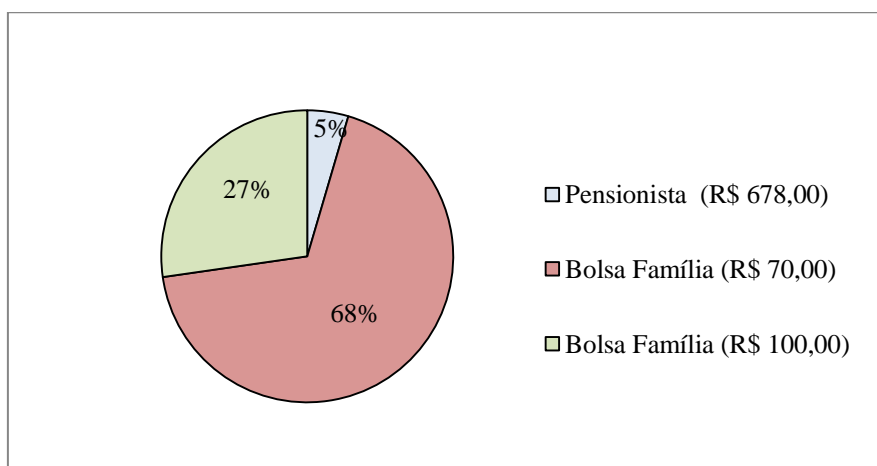
3.6.2 Renda não agrícola

As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos mensais se caracterizam com a atuação de atividades não agrícolas por meio dos assentados. A este contexto se aplica a presença do novo rural, sobretudo o atrasado, que vê nos repasses governamentais de renda uma solução para amenizar a pobreza, influenciando também na diminuição das migrações rurais e acarretando maior fixação da população no campo.

Para a complementação da renda agrícola todos os cooperados do Assentamento Cipó recebem algum tipo de repasse governamental. Vem na forma de Bolsa Família e em 01 (um) caso isolado, como pensão. São esses valores, ainda que extremamente baixos, que sustentam mensalmente as famílias, porque a pesar da média mensal ser de R\$ 666,00, esse valor é a soma do total recebido 03 (três) vezes ao ano, quando é realizada a colheita da mandioca, dividido por 12 meses, de acordo com os entrevistados.

Dos 22 associados a COOPASUB, 21 recebem Bolsa Família com o valor entre R\$ 70,00 e R\$ 100,00 e apenas uma cooperativada é pensionista, recebendo 01 (um) salário mínimo. O gráfico seguinte apresenta em termos percentuais a distribuição desses valores por cooperados.

Gráfico 8 - Renda não agrícola



Fonte: Dados da pesquisa realizada

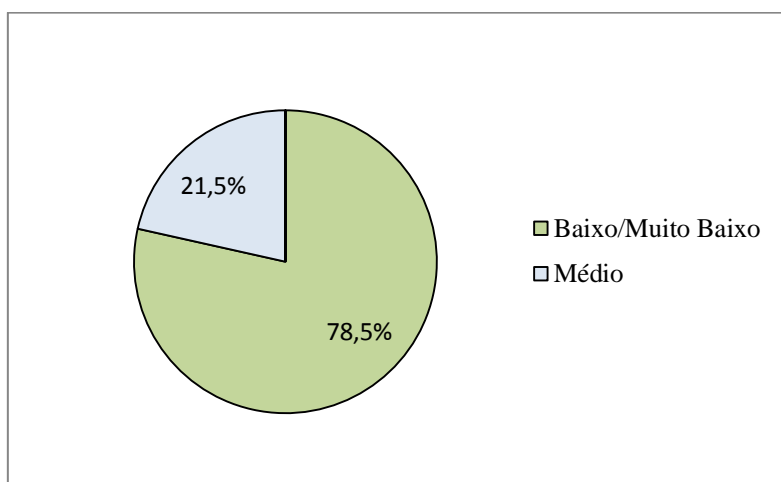
A renda advinda da mandiocultura, segundo informado pelos cooperados, é claramente mais alta do que a renda não agrícola, mas a importância dessa segunda é

bem elevada, pois é desse valor que as necessidades básicas são supridas dentro dos meses em que a mandioca não está em ponto de colheita para venda e/ou beneficiamento. Alimentos como feijão, milho, hortaliças, algumas frutas, leite são produzidas para subsistência, no entanto, alguns produtos precisam ser comprados, como artigos de higiene, alimentos industrializados e diversos bens de consumo rápido, e é por conta dessa renda não agrícola que se torna possível a aquisição desses produtos.

3.7 Nível de satisfação com a COOPASUB

O grau de insatisfação da população do Assentamento Cipó é unânime em relação à cooperativa, pois as vantagens e benefícios oferecidos à eles no ato de associação não foram cumpridos até o mês de julho/2013 (época que foi realizada aplicação do questionário). Para eles, a realidade de seus cotidianos nada se modificou por serem cooperados da COOPASUB. O que fez a vida melhorar foi ter conseguido um espaço para construir suas casas, saindo assim da realidade de sem terra, plantarem mandioca contando com a união dos “compadres” (como eles se chamam) e o trabalho dos atravessadores que vão até a localidade pelo menos 03 (três) ou 04 (quatro) vezes ao ano comprar o que é produzido nessas terras.

Ao serem perguntados sobre o nível de satisfação com a prática da COOPASUB, a resposta foi bem significativa, a grande maioria deles se mostraram muito insatisfeitos. O gráfico seguinte apresenta a porcentagem do nível de satisfação que o cooperado diz ter em relação a cooperativa, dentre as subseqüentes caracterizações: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto, as primeiras opções obtiveram um total de 78,5% dos votos.

Gráfico 9 - Nível de satisfação dos cooperados com a COOPASUB

Fonte: Dados da pesquisa realizada

Para que a discussão não ficasse só em termos específicos de nível de satisfação, ainda foi questionado quais vantagens dentre as descritas que os associados obtiveram por fazerem parte da COOPASUB, o resultado também foi surpreendente. Das opções, apenas uma foi marcada pelos cooperados, e mesmo essa teve ressalvas.

Para que se consiga vender a mandioca é preciso anteriormente arcar com os custos referentes a colheita e frete para transportar as raízes da propriedade até chegar no Complexo Industrial da COOPASUB, já que a cooperativa não efetua este trabalho. Além disso, o pagamento pela produção não é no ato da venda, há que se esperar ter receita na instituição para ser repassado para os cooperados. E por último, a venda só é conseguida para aqueles produtores que alcancem a quantidade mínima de produção pré-estabelecida e a maioria dos moradores do Assentamento Cipó não têm tal quantidade.

Para o cooperado mesmo com a vantagem de vender as sacas do produto para a cooperativa, fica inviável utilizá-la, pelos custos que isso acarreta no processo e a incerteza quanto a data de pagamento, demorando em alguns casos até 03 (três) meses para ser realizado. É esse motivo que faz a atuação dos atravessadores ser considerada como a primeira opção de venda, pois os custos são minimizados e o pagamento é à vista.

Os entrevistados ainda sugeriram algumas modificações para que esse quadro de insatisfação geral se alterasse. Entre elas a mais presente foi a diminuição de custo da

produção de R\$ 1.500,00/ha para R\$ 250,00/ha como foi proposto pela COOPASUB, pois dessa forma o cooperado teria uma economia de 85% e esse dinheiro economizado seria utilizado em outras áreas, e para eles essa é uma forma inclusive de aumentar a renda. Em segundo lugar ficou a implantação de medidas que intermediassem o acesso mais rápido ao crédito, pois esses pequenos produtores não conseguem facilmente investimentos para sua produção.

Outra sugestão refere-se a disponibilização mais frequente de tratores e com pagamento pela utilização deles com um pequeno prazo, pois com o preço de R\$ 50,00/hora de trabalho muitos não tem como pagar à vista. Alteração do quadro de dirigentes da cooperativa, substituindo pessoas com pouca qualificação por profissionais formados e com conhecimento acadêmico e prático sobre a gestão da unidade cooperativa, foi citada por um dos entrevistados. E completando as propostas, para que a satisfação dos cooperados alcançasse um nível mais alto, a execução de cursos e assistência técnica para melhoramento do manejo da mandiocultura no Assentamento, também entraram na pauta.

O não cumprimento do que foi prometido pela COOPASUB foi o motivo pelo qual os entrevistados afirmaram se arrepender de ter se associado à instituição. Pois, segundo eles, o dinheiro investido na filiação não retornou nem em forma de lucro monetário e nem como conhecimento, que seria passado nos cursos técnicos.

Analisando os dados à luz da prática cooperativista baseada nos princípios de Rochdale, que busca melhor as condições de vida dos cooperados por meio também de aumento da renda é uma realidade não existente na COOPASUB em se tratando dos cooperados do Assentamento Cipó. Essa situação fica mais clara quando associadas às respostas presentes nas tabulações dos dados do questionário com a conversa informal, onde os entrevistados demonstravam, através de seus depoimentos, a falta de credibilidade que eles depositam atualmente na cooperativa. Segundo o que foi possível constatar na pesquisa, a filiação dos entrevistados à cooperativa foi puramente pela necessidade de se obter quantidade mínima necessária para legalizar a COOPASUB enquanto instituição dentro do que é estabelecido por lei.

CONCLUSÃO

O sistema cooperativista de produção se caracteriza como função socioeconômica que reúne pessoas para produzir coletivamente uma atividade maior e que beneficia a totalidade dos indivíduos envolvidos. Aproveitamento o potencial de cada um, reage como um vetor do desenvolvimento local. Nesse sentido, o cooperativismo, como sistema, vai além do estabelecimento de um vínculo contratual que estabelece obrigações e direitos. A essência deste tipo de sociedade civil está embasada, dentro do possível, no melhoramento das condições de vida dos associados.

A missão fundamental outorgada às cooperativas é servir como intermediária entre o mercado e os cooperados, promovendo o desenvolvimento financeiro e econômico dos mesmos bem como sua integração a uma cadeia produtiva. As cooperativas têm como objetivo, em última instância, proporcionar vantagens econômicas a seus membros à medida que racionaliza os gastos comuns buscando a eficácia de resultados; fortalece a capacidade econômica e financeira dos membros junto ao mercado uma vez que aumenta seu poder de barganha; reduz o custo de aquisição de produtos de consumo dos cooperados e/ou permite a colocação de produtos ou serviços no mercado por preços mais competitivos.

Depois de percorridos os caminhos históricos e conceituais desde a criação do cooperativismo até a atuação da COOPASUB, em 2013, quase 170 anos após, é possível verificar que a prática dessa cooperativa se distancia de alguns princípios básicos formado em Rochdale, em 1844, e que são vigentes até hoje. Por exemplo, a participação econômica dos associados residentes no Assentamento Cipó não está em conformidade com os princípios pré-estabelecidos, além disso, o direito garantido pelo cooperativismo à educação, capacitação e informação para todos não está sendo cumprido. Ou seja, o compromisso firmado com a comunidade não passou do contrato processual de adesão à cooperativa para a execução de fato.

O que torna esse descumprimento ainda mais notório é a realidade retratada pelos cooperados entrevistados. Suas participações econômicas são praticamente inexistentes, pois a comercialização da mandioca, alvo de atuação da COOPASUB, é feita exclusivamente por atravessadores e alguns desses associados nunca chegaram

nem a comercializar com a cooperativa. Isso significa dizer que, o princípio básico de colocar-se como intermediária entre os associados e suas relações com o mercado não foi estabelecida, cabendo aos atravessadores essa função.

Além disso, o pequeno agricultor familiar, com todas as suas dificuldades do Assentamento que necessita de ajuda profissionalizante, não encontra na instituição esse benefício. Educação, capacitação técnica e informação são mais princípios não efetivados pela COOPASUB. Isso reflete diretamente na renda do produtor e consequentemente em todo abastecimento dos pertencentes à sua família, pois sem conhecimento técnico da mandiocultura as práticas de plantio e colheita muitas vezes são atrasadas, sem muita eficácia e com poucos resultados, o que ocasiona diminuição dos rendimentos promovidos pela produção.

Mesmo a COOPASUB sem agir de maneira formal como uma cooperativa, no Assentamento Cipó existe um molde cooperativista baseado na necessidade comum entre todos os integrantes, que se ajudam mutuamente e escoam sua produção de forma equacional, agregando valor para todos. Formando então um grupo que age similar a uma cooperativa legal, devido também ao histórico que os permeia, como assentados em terras cedidas pelo o governo.

Deve-se observar o crescimento de forma holística e não baseado em uma única contingência de crescimento proporcionado pela a adesão à COOPASUB, todavia a cooperativa também se tornou um meio de vazão das raízes de mandioca produzidas, ou seja, se em último caso não houver outro comprador os cooperados vendem a mandioca para a cooperativa, assumindo para si os custos a mais desse processo. No entanto, existem variáveis que envolvem o amadurecimento do assentamento como famílias antes sem local fixo e terra própria, para um grupo de pessoas assentadas com a perspectiva de produzir e ter como vender, garantindo deste modo melhoria na renda e na qualidade de vida.

A expertise de produção, crescimento da economia e valorização desses bens primários também denotam fatores relevantes para o crescimento financeiro dessas pessoas. Não cabendo a afirmação de que foi exclusivamente à filiação a cooperativa que fez a vida dos moradores do Assentamento Cipó melhorar. A expectativa de venda para a cooperativa foi de fato a grande responsável pelo aumento físico da produção, mas isso não garantiu venda para a instituição, pois a compra das raízes de mandioca

pela COOPASUB é mediante número mínimo de toneladas por agricultor, que mesmo com a expansão da produção não foi ainda alcançada pela maioria dos moradores do assentamento. Isso significa dizer que, segundo os entrevistados, é a soma dos fatores citados acima, mais a atuação dos atravessadores e os repasses governamentais que são tidos como os agentes causadores da melhoria da qualidade de vida que eles conseguiram e vivenciam hoje. Nesse sentido fica clara a importância das atividades referentes ao novo rural na agregação de renda dessas famílias, principalmente a atuação do governo enquanto mediador de repasses financeiros.

Outro ponto a ser destacado é referente à variação percentual que sofreu a produção de mandioca no estado da Bahia e especificamente no Assentamento Cipó. Em 08 (oito) anos houve uma oscilação positiva de aproximadamente 195% no preço de mercado baiano para estas raízes, mas na localidade estudada essa alteração foi abaixo do valor do estado, girando em torno de 129%. O que significa dizer que mesmo com a COOPASUB estabelecida e atuando na região não acarretou consequências no que tange os preços, tornando-os minimamente compatíveis com o de mercado.

Diante do que foi exposto na pesquisa é possível afirmar que a partir da problemática estudada, a hipótese levantada de que a COOPASUB acrescenta valores financeiros, econômicos e sociais para as famílias associadas à cooperativa, principalmente, àquelas produtoras de mandioca, por intermédio do aumento físico da produção para comercialização das raízes para o Complexo Industrial, agregando mais renda aos cooperados, influenciando diretamente na qualidade de vida e nível de bem estar dessas pessoas não foi confirmada.

É importante salientar que as conclusões que foram alcançadas e afirmadas são fruto de coleta de dados através de questionário aplicado, referentes à realidade dos moradores do Assentamento Cipó em Vitória da Conquista e justificados em embasamentos teóricos supracitados. Cabe ainda dizer que a atuação da Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia pode ser diferente nos vários distritos que ela contempla e que esse não beneficiamento das famílias filiadas pode não ser padrão em todas as localidades. Cabendo, portanto novas pesquisas sobre o tema inclusive em outras localidades, a fim de entender e explicar a atuação da cooperativa com base em realidades diferentes.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, A. F. **Elementos de cooperativismo e administração rural**. Ijuí FIDENE, 1983

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para as formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2007.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada . Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/mandioca/?page=474>>. Acesso em 31 jun 2013.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaPgpm.do?method=acaoListarConsulta>>. Acesso em 31 jun 2013.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Brasil Memória Cooperação Técnica**. 10 mar 2013. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/download/LivroFAOBrasilMemoriaCooperacaoTecnica.pdf>>. Acesso em 10 mar 2013.

FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. 1996. Brasília. In: GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. (coord.). **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto**. 2000. Brasília, Convênio FAO/Inkra, INCRA.

HOLYOAKE, G. J. **História de los Pioneiros de Rochdale**. Buenos Ayres, INTERCOOP, 1969.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006: Resultados Preliminares**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 08 jun 2013.

IBGE/SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?t=2&z=t&o=11&u1=1&u2=27&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 05 jun 2013.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distancia**. Florianópolis/SC. 2005. 270 p. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC. 2005

MADOENHO, A. A. **O cooperativismo em suas raízes: "A formação da Colônia Agrícola Tereza Cristina no Paraná do século XIX."** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-cooperativismo-em-suas-raizes-a-formacao-da-colonia-agricola-tereza-cristina-no-parana-do-seculo-xix/69459/>>. Acesso em: 06 mar 2013.

MARTINHO, F. C. P. Resistência ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres. In FERREIRA, D. D. J. ZENHA, C. **O século XX: O Tempo de Certezas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência** – a questão política no campo. 2 ed. São Paulo: Hucitec Revista e Ampliada, 1982

NUNES, L. B. **Sociedades cooperativas**: Como funcionam essas empresas facilitadoras de negócios, cooperativas de crédito mútuo e rural, cooperativas de produção agropecuária. Brasília: SEBRAE, 1993.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PINHO, D.B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. **Origem do cooperativismo**. 08 mar 2013. Disponível em <<http://www.seagri.ba.gov.br/origemcoop.asp>>. Acesso em: 08 mar 2013.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Associação**. Brasília: SEBRAE, 2009.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1996.

SILVA, J. G. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Textos Para Discussão Nead, Campinas/SP, v. 2: p. 5-52. 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS ASSOCIADOS DA COOPASUB****DADOS PESSOAIS**

1- Idade: (___) de 0 a 18 (___) de 18 a 25 (___) de 25 a 40

(___) de 40 a 65 (___) mais de 65

2- Sexo: (___) M (___) F

3- Localidade _____

DADOS DA MANDIOCULTURA

4 – Quantidade produzida (em sacas) antes de se associar a cooperativa:

(___) 10 a 50 (___) de 50 a 100 (___) de 100 a 150 (___) acima de 150

5- Preço de venda da saca (em reais) antes de se associar a cooperativa:

(___) até 50,00 (___) 51,00 a 100,00 (___) 101,00 a 150,00 (___) 151,00 a 200,00

6 – Quantidade produzida (em sacas) depois de se associar a cooperativa:

(___) 10 a 50 (___) de 50 a 100 (___) de 100 a 150 (___) acima de 150

7- Preço de venda da saca (em reais) depois de se associar a cooperativa:

(___) até 50,00 (___) 51,00 a 100,00 (___) 101,00 a 150,00 (___) 151,00 a 200,00

DADOS DE OUTROS CULTIVOS

8- Além da mandioca, o cooperado produz outro tipo de produtos?

(___) SIM (___) NÃO

9 – Caso a resposta anterior tenha sido SIM, quais produtos são produzidos?

10 – Quantidade produzida (em sacas):

(___) 10 a 50 (___) de 50 a 100 (___) de 100 a 150 (___) acima de 150

11 – Qual a média de preço de venda (em reais) da saca desses produtos?

(___) até 50,00 (___) 51,00 a 100,00 (___) 101,00 a 150,00 (___) 151,00 a 200,00

RENDA NÃO AGRÍCOLA DO COOPERADO

12- Média de renda (em reais) referente a programas governamentais, salários e prestação de serviços não associada a COOPASUB:

(___) até 01 salário (___) 01 a 05 salários (___) 05 a 10 salários

(___) acima de 10 salários (___) Outros _____

13- Média salarial (em reais) referente a produção de outros produtos:

(___) até 01 salário (___) 01 a 05 salários (___) 05 a 10 salários

(___) acima de 10 salários (___) Outros _____

SATISFAÇÃO DO COOPERADO

14- Nível de satisfação com a COOPASUB:

Muito baixo Baixo Alto Muito alto

15 – Quais vantagens em produzir mandioca associado a cooperativa?

Diminuição do custo de produção

Garantia de venda das raízes

Maior preço de venda por tonelada

Utilização de maquinário da cooperativa para plantio e/ou colheita

Cursos de especialização para ensino das características da mandioca

Outros _____

16 – Sugestões para a cooperativa a fim de se obter melhorias para o cooperado:
